



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A HISTÓRIA TOTAL E OS ANNALES
HISTÓRIA PARCIAL DE UMA PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA

Eduardo Holderle Peruzzo

Porto Alegre
dezembro de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História

**A História Total e os Annales:
história parcial de uma proposta historiográfica**

Eduardo Holderle Peruzzo

Monografia apresentada junto ao curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen

Porto Alegre
dezembro de 2009

Ao *post-rock* islandês de Sigur Rós,
trilha sonora da execução deste trabalho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos “ombros de gigantes” em que sempre me debrucei, cuja obra e biografia me inspiraram mesmo nos momentos mais nebulosos.

À minha estimada professora Sílvia Petersen, a quem devo – para além da orientação deste trabalho – o acolhimento desde aquele primeiro semestre de 2006. Minha escolha pela carreira docente e meu apreço por Teoria da História, vem em boa parte dela.

Aos familiares e amigos que souberam compreender estes últimos meses de ausência (e aos que não souberam também!)

À colega Clarissa Bones, que dividiu comigo as glórias e agonias do “TCC”, entre tantas outras.

Às colegas Renata Johann e Luísa Valdez, por estes quatro anos de convívio e a colega Mara Franzt, por me proporcionar além de sua amizade, vários dos meus grandes momentos nas cadeiras de platéia.

Aos professores: Temístocles Cezar, outro grande *culpado* por minha predileção pelas discussões teóricas, à professora Regina Xavier, cujas aulas de Técnica de Pesquisa e sua correção criteriosa de meu projeto, muito me auxiliaram na execução deste trabalho e a todos os demais que foram importantes em minha formação.

Aos demais colegas do curso, muitos dos quais só vim a conhecer agora.

E porque não dizer: *à providência dos deuses e à inspiração das musas...*

Aos caminhos e descaminhos que me trouxeram até aqui, meu muito obrigado.

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo I – A <i>TOTALIDADE</i> E A CIÊNCIA HISTÓRICA	10
Capítulo II – A PRIMEIRA GERAÇÃO E A HISTÓRIA TOTAL	24
Capítulo III – A HISTÓRIA TOTAL/GLOBAL DE BRAUDEL	41
Conclusão	61
Bibliografia	63

Introdução

Em artigo publicado em 2005 no jornal britânico *The Guardian*, o historiador Eric J. Hobsbawm. escreve:

Conseqüentemente, as novas perspectivas para a história também devem nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja cabalmente realizável: "a história total". Não "a história de tudo", mas a história como uma tela indivisível onde todas as atividades humanas estão interconectadas.

O artigo intitulava-se *In defense of history*¹ e sua discussão girava em torno das perspectivas “pós-modernas” do conhecimento histórico; ao que aponta “a história total” como única possibilidade de se manter a integridade de nossa prática sem cairmos nas “armadilhas” de uma visão fragmentada ou de um relativismo absoluto.

Das tantas inspirações que já recebi de Hobsbawm, esta no entanto, retomava uma de minhas inquietações permanentes ao logo de toda graduação: *como fazer uma história do conjunto, sem tendenciá-la a um único aspecto, desprivilegiando os demais!?*

Meus professores de Teoria e Metodologia da História, já haviam mencionado a idéia/conceito de “história total”, sempre associado aos *Annales*; foi para mim uma certa surpresa encontrá-lo em um texto de um autor marxista britânico. Neste intuito, quando da necessidade de elaborar uma monografia para a conclusão de um seminário sobre os autores marxistas britânicos, acolhi por sugestão da professora Silvia Petersen – que ministrava a disciplina – trabalhar justamente com a concepção de totalidade em Hobsbawm e E. Thompson. Entretanto, incomodado por não ter chegado a trabalhar com a questão da *história total e os Annales*, efetivamente, comecei a procurar um pretexto para me aprofundar no assunto, eis que surge o presente trabalho.

Mesmo consciente, desde o início, das dificuldades que seria abordar este tema – que dialoga com questões muito acima de meu domínio atual e que se desdobra em mais vias do que certamente tenho a capacidade de acompanhar neste curto tempo de elaboração do trabalho –, resolvi fazer dele o objeto de meu TCC e enfrentar esse desafio nos modestos limites de um aluno de graduação. E portanto, testar meu “fôlego” para enfrentar um tema reconhecidamente complexo, do qual fosse talvez mais prudente afastar-se do que se aproximar.

¹ HOBBSAWM, Eric. J. O desafio da razão: Manifesto para a renovação da história. (artigo originalmente publicado no periódico britânico *The Guardian*, em 15/01/2005, sob o título *In defense of history*. Publicado em português pela agência de notícias Carta Maior, em 11/04/2008, disponível em:

«http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14924», retirado em 01/10/2008).

De qualquer forma, confiante mais na excelente orientação que tive – e na *inspiração das musas* – do que em mim mesmo, segui nesta empreitada. Assim, a observação inicial que desejo fazer aos leitores é que esse texto reconhece seu caráter de exercício: uma primeira aproximação a uma questão teórica de grande importância, e que em nenhum momento pretendeu esgotar uma série de questões que permanecerão sem resposta.

No consolo de estar mais comprometido em realizar um trabalho de pesquisa histórica (nos moldes que me foram solicitados) do que escrever algo realmente “original”, acredito ter cumprido com boa parte de meu projeto inicial. É bem verdade que este trabalho pretendia um recorte maior, comparando autores das três gerações dos *Annales* com os marxistas britânicos, etc, na prática isto não ocorreu. Minhas perspectivas de tentar realizar o mais próximo de “uma história total da *história total*”, se mostraram inócuas. Por isto o subtítulo: *história parcial de uma proposta historiográfica*. Chamo-a de parcial, sobretudo, porque procurei restringir minha análise da história total ao momento específico de sua elaboração nas duas primeiras gerações dos *Annales*, deixando de fora a importante crítica aos rumos que toma na geração seguinte.²

Em todo caso, a expressão “história total” vem aparecendo com certa frequência no vocabulário dos historiadores contemporâneos. É geralmente defendido (como no caso de Hobsbawm), algumas vezes desacreditado, mas raramente problematizado. E digo mais, paradoxalmente, nós historiadores – ou potenciais historiadores, como é meu caso – esquecemos algumas vezes de tomar nossos próprios conceitos e pensadores em perspectiva histórica. Ou seja, perdoem-me a aliteração, mas “é preciso historicizar a História!”, neste caso um “conceito” historiográfico.³

Com esta finalidade, inicio meu trabalho com um capítulo chamado *A totalidade e a ciência histórica*. Escrito praticamente a duas mãos, dada a falta de recursos (de todas as naturezas) que teria eu, sozinho, para falar a respeito do vasto universo de pensadores e correntes teóricas que trataram da questão da totalidade, mesmo restringindo-se mais ao conhecimento histórico. Desta forma, valendo-se da generosidade de minha orientadora, procuramos introduzir nestas primeiras páginas, algumas correntes “macroteóricas” e

2 Refiro-me mais propriamente a crítica de François Dosse, que em seu polêmico livro *A história em migalhas. Dos annales à nova história*, acusa os autores da terceira geração de perderem o senso de unidade do conhecimento histórico, tão prezado pelas primeiras gerações. Ver DOSSE, 2003.

3 É discutível se podemos considerar a “história total”, um conceito propriamente dito. Podemos considerá-la uma espécie de abstração que representa o desejo destes autores de abarcar a totalidade, mas segundo José Carlos Reis (2006, p. 86) ela “parece ser mais uma expressão do que um conceito”.

algumas propriamente historiográficas que acreditamos serem fundamentais para entendermos a gênese da história total e sua relação com uma História científica.

Nos dois outros capítulos tratarei da primeira e segunda geração dos *Annales*, mas especificamente: Lucien Febvre e Marc Bloch, no capítulo II e Fernand Braudel no capítulo III. Para a análise destes autores, privilegiei suas obras de cunho mais teórico por duas razões. A primeira delas é prática, não havia como dar conta de uma leitura mais geral de sua produção. A outra é que meu interesse não é julgar se as teses elaboradas por eles podem ser hoje consideradas como ensaios de história total, mas sim, buscar trechos onde eles mesmos postulem e afirmem seus interesses em um projeto globalizante de História.

Dessa forma traço no segundo capítulo um esboço do cenário das ciências sociais aonde se desenvolve o combate dos fundadores dos *Annales* à História que vinha sendo feita. E também como a perspectiva de uma ampliação do quadro da análise histórica – para além dos fatos políticos – se elabora na proposta holística e interdisciplinar desses autores da primeira geração.

O terceiro e último capítulo reintroduz a discussão da história total – ou global, como prefere-se nesta fase – na segunda geração. Braudel efetivamente vai elaborar e expandir a idéia de uma “história global” e meu objetivo será problematizar este seu conceito, descobrindo do que se trata especificamente a sua proposta, já que ele não somente herda a concepção dos fundadores, como inclui alguns pontos fundamentais na própria noção de totalidade e do papel da História. Tudo isto pensado num momento de reestruturação das disciplinas sociais depois da segunda guerra, em interlocução direta com o estruturalismo de Lévi-Strauss.

* * *

Meu objetivo portanto será: mapear a proposta de história total nas duas primeiras gerações dos *Annales*, compreendendo sua gênese, a amplitude de seu projeto e, essencialmente, buscar o que os próprios autores acreditavam ser necessário para a possibilidade efetiva de uma história total. Espero tê-lo cumprido nas páginas que seguirão.

É importante ainda, definir que espécie de história total eu acredito buscar nestes autores, porque em realidade, os annalistas não serão nem os primeiros e nem os últimos a pensarem em uma análise do conjunto histórico, ou na História como “*uma tela indivisível onde todas as atividades humanas estão interconectadas*” – da forma que aponta Hobsbawm.

Acontece que – em tese – partimos todos de um mesmo objeto, que podemos chamar de realidade social, estudo do processo histórico, ou ainda “do homem no tempo” (como

aponta Bloch). Esta realidade social, por sua vez, não existe objetivamente como um conjunto fragmentado de fenômenos, e sim: como uma complexa unidade (ou totalidade) em movimento. Portanto ao abordarmos um problema histórico qualquer, vemos que se vincula a vários aspectos da atividade humana – sejam de ordem política, econômica, cultural, etc. Da mesma forma estes fenômenos estão presos a estruturas maiores que atravessam o tempo assegurando a manutenção e/ou extinção desta própria realidade. Então, mesmo que uma história se proponha a uma análise mais econômica, ou então cultural de uma sociedade, ela deve estar ciente de que não existe no plano real, sistemas ou fenômenos puramente de natureza econômica, que não estejam relacionados com aspectos culturais, políticos, etc.

Uma última questão para se esclarecer, antes de começarmos, é que embora ainda não tenha definido do que realmente se trata a proposta globalizante destes autores – que é onde pretendo chegar ao final do trabalho – é importante definirmos o que ela provavelmente não é. Deve-se distinguir a história total ou global, que em minha exposição utilizarei com sinônimos, das concepções de “história universal”, “história geral”, entre outros menos comuns. Trataremos disso no momento oportuno mas cabe mencionar que uma história total, nos moldes que espero encontrar, não apenas reconhece a totalidade ou um contexto maior de abordagem e sim procura uma forma de abarcá-la em sua análise.

Porque não basta para uma história total enumerar os diversos fatos e distintos problemas, mas sim propor uma maneira de aproximá-los de maneira articulada e estrutural e não meramente sobreposta. Uma perspectiva de história universalizante (ou geral) mesmo que conseguisse levantar todos os fatos acerca de seu objeto, ainda assim não seria – ao meu ver – uma história total.

Por fim, gostaria de justificar alguns excessos. Inicialmente a abundância de notas e citações, reconheço que por vezes estes recursos deixam o texto um tanto descontínuo, mas como as fontes primárias de meu trabalho são efetivamente as obras destes autores, citá-los serve também como forma de “comprovar” realmente suas idéias, e não somente comentá-las. Quanto as notas de rodapé e referências bibliográficas, utilizo Marc Bloch quando advoga a favor delas: “*fora dos livres jogos da fantasia, uma afirmação não tem o direito de ser produzida senão sob a condição de poder ser verificada*”.⁴

Para terminar, comento o excedente do número de páginas. Certa vez em uma aula de Introdução a História, quando um colega perguntou à professora: – *Qual o tamanho ideal de uma resposta?* Esta respondeu: “O que der conta de responder a pergunta!”. Não sei se

4 BLOCH, 2001. p. 94.

dei conta de responder a pergunta, mas certamente consciente de que extrapolei o número de páginas, desculpo-me.

Capítulo I – A TOTALIDADE E A CIÊNCIA HISTÓRICA

...En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Con el tiempo, esos Mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Siguietes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Geográficas.

JORGE LUIS BORGES
Del rigor en la ciencia

Este breve conto de Borges – justamente intitulado *Do rigor na ciência* (1946) – ilustra de forma caricata um certo rigor idealizado do método científico elevado as instâncias finais da aplicabilidade prática. Na ânsia por alcançarem uma escala que pudesse reproduzir fidedignamente a “totalidade” de seu objeto, estes cartógrafos acabam criando um mapa que possuía exatamente as mesmas dimensões do espaço que pretendia retratar. Ao que parece, tais cientistas teriam confundido a produção de um conhecimento que visasse representar o objeto concreto, levando em conta sua totalidade, com a tentativa de reproduzi-la integralmente – da forma mais verossímil possível –, tornando o resultado de seu trabalho inócua e sua disciplina estéril e desacreditada.

Podemos considerar que este rigor satirizado por Borges não se trata do emprego da metodologia efetiva do conhecimento científico mas sim dos excessos cometidos por algumas correntes do pensamento científico moderno. Mais do que isso, o sobejo aqui acusado é, precisamente, uma falsa compreensão da própria *categoria de totalidade*, em que a realidade poderia ser apreendida e posteriormente representada, em sua integralidade – sem qualquer espécie de mediação teórica ou ressalva e sim, meramente assegurando o rigor metódico de manter no mapa as mesmas proporções do espaço que ele retrata.

Deixando o universo literário e a metáfora da “Arte de la Cartografía”, esta problemática toca diretamente o fazer historiográfico. Retoma uma das questões centrais deste trabalho, que é, senão responder, ao menos problematizar a seguinte prerrogativa: partindo da existência de uma totalidade do objeto histórico, esta é de alguma forma cognoscível ao historiador, podendo ser representada historiograficamente?

O objetivo deste primeiro capítulo é, antes de nos adentrarmos mais propriamente no território do conceito/idéia historiográfico de “história total” dos *Annales*, compreendermos, como a questão da totalidade e a reivindicação de uma visão de conjunto foram inicialmente

abordadas pela produção do conhecimento histórico moderno; aparecendo, ainda que de modo esparso, nas obras de historiadores do século XIX.

Depois de várias tentativas de equacionar a primeira abordagem deste capítulo – que trata de perspectivas *macroteóricas* e não propriamente historiográficas –, considerei que ela deveria ser precedida por dois caminhos de aproximação que, se não são necessariamente conectados, possuem no entanto pontos de encontro quanto a preocupação com a totalidade, são eles: o *paradigma científico moderno* e o *método dialético de conhecimento*. É preciso esclarecer que minha leitura não passa de uma singela caracterização de temas muito complexos e que meus esforços só darão conta de apresentá-los.

Uma primeira aproximação pode ser feita através da identificação de algumas características do paradigma científico moderno. Neste caso, estou me referindo apenas a certos traços do racionalismo de René Descartes (1596-1650), e a visão mecanicista newtoniana, para o que utilizei principalmente o trabalho de Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as ciências*.⁵

Comentando esse momento da história do pensamento, Sousa Santos escreve: “*Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências de nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias*” (p.12). Também observa que Descartes insiste em que o método científico se assenta na redução da complexidade, uma das regras do seu *Discurso do Método* consiste precisamente em “*dividir cada uma das dificuldades [...] em tantas parcelas quantas for possível e requerido para melhor as resolver*”. O mundo é complexo e a mente humana não pode o compreender completamente, conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou, acrescenta Sousa Santos (p. 15).

Já, Luis Carlos Soares observa que na continuidade dessa revolução científica, Isaac Newton (1642-1727), concebeu que o mundo da matéria era uma máquina, cujas operações poderiam ser determinadas exatamente por meio de leis físicas e matemáticas e esta idéia de um “mundo-máquina” foi tão poderosa que se transformou na grande hipótese universal da época moderna: o mecanicismo. Afirmava ainda que, só a investigação experimental “*era capaz de fornecer um conhecimento parcial do todo natural que, cumulativa e progressivamente, poderia conduzir a um conhecimento maior desta totalidade objetiva*”.⁶

5 SANTOS, 2008.

6 Luis Carlos Soares, apud SANTOS, p. 209.

Esta concepção mecanicista e de uma natureza regida por leis universais era também, no plano social, “*o horizonte mais adequado aos interesses da burguesia ascendente, que via na sociedade em que começava a dominar o estágio final da evolução da humanidade (o estado positivo de Comte)*” e portanto, “*Tal como foi possível descobrir as leis da natureza, seria igualmente possível descobrir as leis da sociedade. Bacon, Vico e Montesquieu são os grandes precursores*”.⁷

Estas idéias aqui simplificadas sobre o método científico, permitem, em todo o caso, identificar uma tendência que poderá ser encontrada – de forma um tanto heterogênea – em algumas linhas do conhecimento histórico do século XIX: a idéia de que as partes se relacionam e tem funções enquanto partes de um todo, que há uma causalidade interligando estas partes, o que expressa as regularidades do que podemos hoje chamar um *sistema*.⁸ Logo, esta noção de ciência já sugere a importância de uma visão mais global. Afinal, mesmo que um determinado objeto seja abordado de maneira particular, a concepção científica predispõe uma noção sistêmica (mesmo que mecanicista) na qual este objeto se articula com os demais, visto como componente de um organismo maior. Dizendo de outra forma, o paradigma cartesiano-newtoniano oferece uma visão mecanicista na qual, para entender o funcionamento da “máquina”, é preciso desmontá-la ou dividi-la em suas partes e logo uni-las em um todo por meio de suas causalidades.

Assim, uma das características centrais da prática científica moderna “*é que busca entender de uma maneira sistemática os fenômenos estudados. Este caráter sistemático de articulação é um aspecto tão destacado que normalmente se alude às construções científicas como ‘sistema’*”.⁹ Feitas estas considerações iniciais sobre o conhecimento científico moderno, passemos a outra aproximação dos antecedentes da idéia de totalidade no conhecimento histórico: *o do método dialético de conhecimento*.

Também numa simplificação arriscada, pode-se dizer que a história da dialética remonta aos primórdios do pensamento especulativo ocidental, principalmente aos pensadores clássicos, que inauguram praticamente todas as discussões desta natureza. Esta herança foi “redescoberta” por vários filósofos e pensadores modernos,¹⁰ mas se deve principalmente a Georg Friedrich Hegel (1770-1831) a elaboração dos traços fundamentais da dialética idealista moderna, que foi a base para Marx elaborar a *inversão materialista* da

7 SANTOS, p. 17.

8 Ver definição de sistema, In: SCHAFF, Adam. *Estructuralismo y marxismo*. México: Grijalbo, 1976. p. 19.

9 ALONSO, p. 24.

10 Ainda assim, vale justificar que não se ignora o papel inaugural que alguns pensadores modernos parecem ter exercido neste pensamento, cito-os ao menos: Pascal (GOLDMAN, p. 6), Spinoza (KOSIK, p.41).

dialética.¹¹ Vejamos isto com mais alguns detalhes apesar das dificuldades e desdobramentos do tema.

Leandro Konder explica que, acepção moderna da dialética é “*o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação*”.¹² E ainda, citando Carlos Nelson Coutinho: “*A dialética não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes (a diferença entre elas: o que faz de uma obra de arte algo distinto de um panfleto político), como a união entre elas (o que leva a arte e a política a se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade)*”.¹³

Hegel criou um sistema no qual todo o universo, da Natureza, da História e do Espírito, era representado como um processo, quer dizer, como um todo envolvido num movimento, numa transformação e numa evolução constantes.¹⁴ Como filósofo idealista, subordinava os movimentos da realidade material à lógica de um princípio que ele denominava “Idéia Absoluta”: “*Para Hegel, o movimento do pensamento, que ele personifica sob o nome de Idéia, é o demiurgo da realidade, a qual não é mais do que a forma fenomênica da Idéia. A história é assim, o auto-desenvolvimento de um Espírito Absoluto, é a realização no tempo da Idéia Absoluta, a que os indivíduos humanos servem de suporte*”.¹⁵

No caminho aberto por Hegel, seu discípulo Karl Marx (1818-1883) a partir de uma concepção materialista da história, vai inverter a dialética idealista e considerar que o movimento da história são os indivíduos, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que encontraram já existentes como as criadas por sua própria ação. Ou seja, critica Hegel porque este percebe a realidade como um objeto, mas não como atividade humana concreta.¹⁶ Marx inverte a relação entre materialidade e pensamento concebida por Hegel, que colocava este último como produtor daquela, inversão que significou criticar o viés idealista e apresentar a vida material como produtora das representações mentais.¹⁷

11 Para uma síntese da história do pensamento dialético, ver : KONDER, 1981.

12 KONDER, p 8.

13 Idem, p. 46.

14 BROHM, p. 12. ver tb p. 26 (a racionalidade dialética do real).

15 Idem, p. 22.

16 ALONSO, p. 104.

17 “*A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede de modo algum que ele tenha exposto suas formas gerais de movimento pela primeira vez de forma abrangente e consciente. Ela está para ele de cabeça para baixo. Deve-se invertê-la para descobrir o caroço racional no envoltório místico*” (Tomado de GRESPAN, Jorge. A dialética ao avesso, p. 25. Em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/A_Grespan.pdf>

Ainda com relação à dialética, é fundamental comentar sua intrínseca concepção de totalidade. Partamos então, diretamente, para a importância da *categoria de totalidade* dentro do *método dialético* do conhecimento, já que este afeta mais diretamente, por sua vez, não só a teoria como a metodologia da história. De acordo com Lucien Goldmann, na dialética:

[...] *nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente.* (GOLDMANN. pp. 5-6)

Hegel já nos oferecia uma interpretação dialética da História – com uma visão mais universalista e dinâmica da mesma – rompendo com os resquícios do pensamento linear cartesiano. Em sua *Introdução à Filosofia da História*, este assevera que “*ao se ver apenas a árvore, pode se perder de vista a floresta*” ou ainda, que “*o verdadeiro é o todo*”.¹⁸ Contudo, méritos à parte, a totalidade em Hegel é ainda metafísica.¹⁹ O trânsito desta categoria do idealismo hegeliano para uma concepção propriamente materialista-histórica, dar-se-á – como já vimos – no bojo da inversão realizada por Marx.

O filósofo marxista contemporâneo Karel Kosik, ao longo de sua obra *Dialética do concreto*, trata de explicar esta relação entre dialética e totalidade no materialismo histórico e a citação abaixo, embora longa, é um esforço de síntese desta questão:

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos mutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade sai reconstituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. [...] A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é uma teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social. (KOSIK. pp. 43-44)

18 Apud VIANA, 2002. p. 1.

19 Ibidem.

Sendo assim, a *totalidade concreta* do método dialético se diferencia de um mero conhecimento *sistemático-aditivo*,²⁰ onde a compreensão partiria apenas da obtenção da somatória dos fatos – ou no acúmulo dos documentos, como não raro se propõe a historiografia mais empirista – e tampouco de uma noção metafísica (idealista) de totalidade, enquanto categoria externa da realidade em si mesma. Trata-se neste caso de diferenciarmos, portanto: *tudo* de *todo*, e mais tarde entendermos até que ponto esta distinção é considerada nas perspectivas de história total que iremos analisar.

* * *

Até agora discorri, ainda que superficialmente, acerca da concepção filosófica e dialética da totalidade, ainda que aplicada no universo científico e trabalhada enquanto método pelo materialismo histórico. Veremos agora o desenvolvimento da disciplina histórica em si, juntamente com o surgimento das ciências sócias no contexto do chamado “cientificismo acadêmico”.²¹ Para tal, tratarei de abordar as três correntes de pensamento que mais influenciaram a produção historiográfica naquele momento: o *historicismo alemão*, o *positivismo comtiano* e a *escola metódica*.

Não é à toa que o século XIX, é chamado “o século da História”²², é neste momento que os primeiros paradigmas do conhecimento moderno reestruturam completamente o modo de pensar e fazer História. Segundo Julio Aróstegui:

La separación clara entre la «ciencia de la historia», que será el objetivo que el siglo XIX se marca, y la historia erudita y filosófica del siglo XVIII tiene, tal vez, su punto de inflexión en la historiografía romántica, la que tendrá su auge en la Europa de la Restauración y llega a su declinación bajo la influencia general de la nueva filosofía positivista medio siglo después. En ese momento de la historia cultural europea puede decirse que aparece la historiografía moderna. (ARÓSTEGUI, p. 76)

O primeiro impulso formativo para a aparição desta disciplina moderna de História, parece ter surgido nas universidades alemãs, antes que em qualquer outras. Sob a alcunha de *historicismo* (ou *história científica*), costuma-se tomar o pensamento de vários intelectuais acadêmicos alemães, que passam a desenvolver uma historiografia mais voltada aos acontecimentos e ao trabalho metódico das fontes (heurística), do que a uma teorização mais especulativa a cerca do passado. Como representantes deste contexto, podemos citar a

20 Idem, p.49.

21 FONTANA, 2004. p.195.

22 ARÓSTEGUI, p. 78.

*história crítica*²³ de Barthold Georg Niebuhr (1776–1831) e Leopold von Ranke (1795-1886), e numa linha um tanto distinta – mais teórica –, o nome de Johann Gustav Droysen (1808-1884). Este último inclusive, elabora em seu *Manual de teoria da história*²⁴ (*Grundriss der Historik*, 1858), uma concepção dialética – nos bons moldes hegelianos – de totalidade:

A manifestação particular é compreendida como uma manifestação do interior, entendida como uma simples expressão da natureza interior; esse interior é evidenciado, no exemplo desta manifestação, como uma força central que se apresenta em si, declarando sua natureza, como sendo um todo sem diferença, como também o é cada um de seus efeitos e manifestações periféricas. O particular é compreendido no todo e o todo é compreendido no particular. (DROYSEN, p. 39)

Todavia, concentremo-nos em Leopold von Ranke, que destes é quem mais vai influenciar as gerações seguintes de historiadores, dentro e fora da Alemanha. Ranke é apontado como aquele que, no século XIX, foi quem melhor utilizou o método crítico da História, o método que a retirava do campo da crônica, da memória, do escrito eclesiástico e estabelecia que, para a sua objetividade, o historiador deveria ser imparcial, baseado em documentos originais e ater-se à descrição dos fatos “tais como aconteceram” (*wie es eigentlich gewesen!*). Na vastíssima obra de Ranke – que aos 85 anos ainda iniciou a escrita de uma *História Universal* – existem muitas passagens que remetem à idéia de uma visão universalizante da História.²⁵

Seu manuscrito intitulado *O particular e o geral no estudo da História* (1860) começa com a seguinte afirmação: “Reconhecemos que a história nunca poderá ter a unidade de um sistema filosófico, mas ela não carece de conexão interna. Vemos desfilar ante nós uma série de acontecimentos os quais se regem e condicionam mutuamente”.²⁶ Em outro, chamado *A idéia da História Universal* (1830) também encontramos uma noção de causalidade “Os eventos se tocam e atuam simultaneamente uns sobre os outros: o que precede determina o que segue; existe uma interna conexão de causa e efeito”²⁷ e ainda seu conceito de totalidade:

Pois bem, assim como existe o particular, o nexa de um com o outro, assim também possui finalmente existência a totalidade [...] Em se tratando de um povo, não podemos preocupar-nos somente dos momentos individuais de suas expressões vitais, e sim nos interessar- pela

23 Ibidem.

24 DROYSEN, 2009.

25 “Não pode escrever-se outra história que não seja universal” ou “Que pouca importância tem o mortal mais poderoso frente à história do mundo!” (L. von Ranke apud GOOCH, George P. *História e historiadores en el siglo XIX*. México: FCE, 1977. pp. 93-94).

26 L. von Ranke apud MEDINA, p. 169.

27 Idem, p. 139.

totalidade de seu desenvolvimento, de seus fatos, de suas instituições, de sua literatura [...] Vê-se quanto infinitamente difícil chega a ser a situação com a história universal. Que infinita massa de materiais quantos diversos esforços, quanta dificuldade para abarcar tão somente o particular! [...] Tenho para mim como coisa impossível resolver completamente este problema. Só Deus conhece a história universal. (Leopold von Ranke, apud MEDINA. p. 143)

É certo, também, que estes historiadores do século XIX tem obras tão extensas que é difícil enquadrá-los de forma estanque em uma tendência, como seja a da busca de uma história total. Como outros historiadores de sua época, Droysen e Ranke – para ficar nos exemplos que usei – assimilam estas vertentes epistemológicas modernas de forma às vezes contraditória como a justaposição de princípios do idealismo com os da ciência empírica. Também neles se observa que o horizonte da totalidade é contraposto à impossibilidade de conhecer todos os fatos, ou seja, a totalidade que vemos aqui é predominantemente, ao lado de algumas marcas da dialética, sinônimo de integralidade, de uma somatória dos fatos para a reconstituição dos eventos “tais como são”.²⁸

De qualquer forma, como pretendi demonstrar nos exemplos apresentados – sem que esta seja uma perspectiva exclusiva em suas obras –²⁹ a questão da totalidade na história ocupa uma parte visível da atenção destes historiadores e como um todo, suas reflexões sobre história, pelo que expressam, são incomparáveis em relação ao que caracterizou a historiografia de forte influência romântica e eclesiástica dos séculos anteriores. Embora salientasse a importância de uma visão mais ampla, a proposta de Ranke ainda não se enquadra na perspectiva de história total que buscamos. Por mais que em seu projeto universalizante postulasse a necessidade de uma visão plural, José Carlos Reis que chama Ranke de “*Um hegeliano tímido, que escondia suas posições através da objetividade do método histórico de crítica das fontes*”³⁰ deflagra seu apego às individualidades:

Para ele a história era o reino do Espírito, que se manifestava de forma individual. A história era feita de individualidades, cada uma possuindo sua estrutura interna e sentido único [...]. A significação dos eventos aparece parcialmente no mundo dos sentidos, daí a

28 “*A função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa*”. Acreditando na isenção de subjetividade do método científico, os fatos, por sua vez, “*falam por si, [...] existem objetivamente, [...] e não poderiam ser recortados e construídos, mas apanhados em sua integridade, [...] tais como são*” (REIS, 1995. pp. 42-43).

29 Nas contradições comuns a este momento da história do conhecimento histórico, apesar desta clara concepção “universalista” da História, e muito vinculado com a ascensão do nacionalismo – e da própria nação germânica – “*uma característica que o define é a rejeição do universalismo da ilustração, substituído por uma visão em que cada nação é considerada como uma totalidade orgânica que tem leis próprias de evolução.*” (FONTANA, 2004. p. 223) Nega-se a totalidade do “Espírito humano”, afirmando-se a da Nação.

30 REIS, 1995. p. 42.

necessidade do rigor na análise das fontes. O historiador deve se concentrar nos eventos – expressões destas individualidades apreendidas através das fontes. (REIS, 1995. p. 42)

A intenção tão difundida na época de fazer do estudo da sociedade uma ciência assumiu tantas versões, matizes, diferenças e convergências e estendeu-se não só pela Alemanha, mas também pela França e Inglaterra, de modo que é muito difícil traçar a genealogia intelectual dos inúmeros “historiadores científicos”, as redes de influências a que estiveram sujeitos e as que produziram, dificuldade que se reflete nas próprias divergências que encontramos ao consultar as obras que analisam esta temática. Mas considerando que o objetivo central deste trabalho é analisar a questão da história total no âmbito das primeiras gerações da *Escola dos Annales*, é importante conceder atenção ao pensamento social que vai se desenvolvendo na França do século XIX, mesmo que não seja propriamente historiográfico.

E neste sentido é preciso destacar o positivismo de Auguste Comte (1798-1857), o qual pela primeira vez propôs pensar a sociedade pela mesma ótica das ciências naturais. Sem pretender aqui desenvolver as relações entre o positivismo comtiano e o conhecimento histórico, tema muito complexo e controverso,³¹ limito a observar que ainda hoje vulgarmente a denominação “positivistas” é dada a historiadores que na verdade não são herdeiros das idéias comtianas e sim integram a tendência francesa que ficou conhecida como “escola metódica” – da qual tratarei adiante. De qualquer forma, a teoria comtiana da sociedade foi um importante componente daquele espectro intelectual que exprimiu o desejo de fazer do conhecimento social – e, no que nos interessa, a História – uma ciência.

Comte ambicionava fundar a ciência da sociedade, capaz de explicar o passado da espécie humana e predizer seu futuro aplicando os mesmos métodos de investigação próprios do estudo da natureza, a saber, observação, experimentação e comparação, de onde surgiu a Sociologia inicialmente chamada “física social”: “*Eu entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais*”.³² “*O traço principal da filosofia positivista*”, escrevia o filósofo, “*consiste em que considera que todos os fenômenos estão submetidos a leis naturais e invariáveis e que o exato descobrimento destas leis e sua redução ao mínimo possível constitui o fim de todos os nossos esforços*”.³³

31 A teoria positivista teve uma trajetória muito controversa, inicialmente valorizada como caminho científico de análise da sociedade, até o pós-guerra, quando positivismo tornou-se um termo insultuoso na ciência social contemporânea, assunto que, em todo o caso, vai além dos objetivos deste trabalho. Ver positivismo em: OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 592-596.

32 Auguste Comte, apud ARNAUD, Pierre. *Sociologia de Comte*. Barcelona: Península, 1971. p. 20.

33 COMTE, 1892. v. 1, pp. 11-12.

Duas características marcaram fundamentalmente a ciência social recém-criada: pretender a autonomia do objeto e considerar a observação imparcial como “única base sólida do conhecimento” e uma visão sistêmica da sociedade.

Comte se refere ao positivismo como um *sistema*, com uma estrutura de ordenação, mas onde não subestima sua evolução (a lei dos três estágios)³⁴ e no seu *Curso de Filosofia Positiva* propunha uma aula de “*Considerações sobre a estrutura geral das sociedades humanas*” e outra sobre a “*Lei natural do desenvolvimento da espécie humana, considerada em seu conjunto*” e ainda uma aula sobre “*Leis fundamentais da dinâmica social, ou teoria geral do progresso natural da humanidade*”.³⁵ O próprio escrutínio “enciclopédico” das várias ciências que compõem o conhecimento humano e a hierarquia que Comte propôs entre elas quanto ao grau de cientificidade, visava a construção de um sistema geral dos conhecimentos humanos, em que todas as concepções deviam apresentar-se “*como as diversas partes de um sistema único e completo*”.³⁶

Como já foi assinalado, devido aos objetivos do trabalho, estas observações sobre o positivismo trataram exclusivamente da concepção sistêmica da filosofia de Comte. Embora seja um certo equívoco mencionarmos a existência de uma escola histórica positivista na França do século XIX, isto não exime a influência que este pensamento ocupa na produção historiográfica daquele momento e posterior, como se vê no caso da visão estrutural de alguns autores annalistas, que “bebem” da visão sistêmica de Comte, por via da Sociologia durkheimiana.³⁷ Mas devido à mesma conjuntura teórica (centralidade da ciência como forma por excelência de conhecimento) e sócio-econômica (a complexificação das relações sociais sob o capitalismo, que era preciso entender e explicar), a questão de construir uma ciência da história se desenvolveu também fora do âmbito comtiano na própria França do século XIX, através da chamada *escola metódica*.

A escola metódica francesa, que às vezes é chamada erroneamente de “positivista”³⁸ recebeu muitas influências da história científica alemã, entre outras razões porque muitos de seus seguidores haviam estudado na Alemanha – pelas décadas de 60 e 70 daquele século –

34 Cada ramo do conhecimento (a história, portanto, também estaria incluída) haveria de passar por três estados “teóricos” diferentes: “o estado teológico ou fictício” (em que o homem atribui a razão de tudo na existência de deuses ou de um Deus), “o estado metafísico ou abstrato” (em que as respostas aos distintos fatos se cifram por outro tipo de forças, essências, etc.) e “o estado científico ou positivo” no qual o que conta para o homem é “o que se dá imediatamente” no qual mediante a oportuna observação, o homem pode chegar à formulação das leis às quais se sujeita o desenvolvimento da sociedade.

35 Auguste Comte apud PETIT, Annie. *Historia de um sistema: o positivismo comtiano*. In: TRINDADE, p. 31.

36 TRINDADE. p. 21.

37 DOSSE, 2003. pp. 43-44.

38 Ver REIS, 1995. p. 42.

como Ernest Lavisse, Gabriel Monod e Charles Seignobos. Eles desenvolveram uma “história científica”, com especial preocupação pela erudição e pelos métodos da disciplina. Por esta razão, podemos chamar os historiadores deste período (esta forma de escrever história foi predominante na França de 1880 a 1945) de *metódicos*, *positivos*, mas não de *positivistas*, pois embora compartilhassem com o positivismo um espírito científico, estavam mais próximos de Ranke, do que de Comte. Colocam-se mais nas perspectivas abertas pelos historiadores Fustel de Coulanges e Hippolyte de Taine, também voltados para o propósito de submeter a história às regras do método científico.³⁹

Outro historiador muito importante desta escola foi Charles Victor Langlois. Este juntamente com Seignobos, escreve em 1898, um manual de *Introdução aos Estudos Históricos*, onde pretendem formular o estatuto da nova disciplina histórica, que ao lado da *Revue Historique*⁴⁰ – lançada por Monod e o historiador G. Fagniez, em 1876 – foram o suporte para a publicação da historiografia metódica francesa.

Este período é muitas vezes chamado de “idade de ouro” da historiografia francesa pelo destaque e autoridade que os historiadores detinham nas instituições de ensino.⁴¹ É também o momento de distanciamento, no âmbito acadêmico, da história em relação às demais disciplinas, o que refletia uma certa ambição: os historiadores queriam distinguir a história por seu método. Igualmente, há uma clara intenção de afastar o conhecimento

39 Fustel de Coulanges escreve: “*A História não é uma arte. É uma ciência pura. Ela consiste, como toda a ciência, em constatar os fatos, analisá-los, juntá-los, estabelecer a ligação entre eles. Pode acontecer que uma certa filosofia se desprenda desta história científica; mas é preciso que ela se desprenda naturalmente, por ela própria, quase sem intervenção da vontade do historiador. Ele não tem outra ambição senão ver bem os fatos e compreendê-los com exatidão [...]. A sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não acrescentar nada. O melhor dos historiadores é aquele que fica mais perto dos textos, que os interpreta com mais fidelidade, que não escreve e mesmo não pensa senão de acordo com eles.*” (COULANGES, Fustel de. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Paris: Hachette, 1931. (Tomo III, capítulo 1 - La monarchie franque).

40 A referida *Revue Historique*, publicação que pretendia dedicar-se à história da Europa e ser “uma recolha de ciência positiva e de livre discussão.” Embora a revista afirmasse ser desvinculada de qualquer religião, doutrina ou partido, seus colaboradores, advindos de diversas universidades e instituições de pesquisa, eram geralmente protestantes, judeus, livre-pensadores e maçons, todos republicanos. A revista ainda circula atualmente, mesmo que tenha sofrido grandes transformações, especialmente em consequência das críticas feitas pelos *Annales* a partir de 1930.

41 Para compreender os rumos da história metódica na França, devemos observar que ela floresce logo após a derrota de Sedan, em que o país perdera parte de seu território (a Alsácia e a Lorena) para a Prússia. Como afirma François Dosse (2001, p. 16), “*disso resulta uma conjunção excepcional entre a mobilização dos historiadores em vista da profissionalização e as exigências de reconquista da integralidade territorial da nação*”. Assim, esta historiografia será marcada por uma preocupação com a educação cívica e com a construção de uma consciência nacional francesa que pode ser percebida nas obras de seus historiadores, nas quais se busca construir a idéia de uma França una e contínua desde os gauleses até a Terceira República.

histórico do âmbito da metafísica e das explicações transcendentais, como se adverte das palavras de Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942):

[...] o propósito da ciência é só estudar as causas determinantes. O historiador, tal como o químico ou o naturalista, não tem que investigar a causa primeira ou as causas finais. De fato, já não nos detemos a discutir, sob a sua forma teológica, a teoria da Providência na história. Mas a tendência para explicar os fatos históricos por causas transcendentais persiste em teorias mais modernas em que a metafísica se dissimula sob formas científicas. (C. Langlois e C. Seignobos, apud BOURDÉ & MARTIN, p.104)

Nos limitemos a uma análise maior destes dois autores, já que são os que melhor elaboram uma proposta na linha de uma “história geral” – como se referiam. A proposta de uma História científica e totalizante é muito evidente em seu *Introdução aos estudos históricos*⁴². Langlois e Seignobos destinam a última parte de seu livro a o que chamam de *operações sintéticas*, que se divide em três momentos: *agrupação dos fatos*, *racionamento construtivo* e *construção de fórmulas gerais*. Ainda fortemente vinculado ao método cartesiano de classificação, o objetivo inicial da síntese proposta por estes autores era separar, ordenar e classificar os fatos (p.173). Estes, por sua vez, os classificam em diversas categorias, como: *condições materiais* (dados quantitativos), *costumes econômicos*, *instituições sociais*, etc. O mais interessante é a expressão – entre parênteses – ao lado de *hábitos intelectuais* e de *costumes materiais*, dizendo: “(não obrigatórios)”, e ao lado de *instituições políticas*: “(obrigatórios)”, já salientando importância destes, em detrimento da menor relevância daqueles, para os autores.

Se o objetivo inicial desta proposta era primeiramente agrupar os fatos conforme sua natureza, tempo e lugar em que se produziram (pp. 173-185), posteriormente havia-se de cumprir um “racionamento construtivo” dos mesmos. É neste momento que fica ainda evidente a sobreposição da história política, sobre as demais áreas. Por mais que os autores salientem várias vezes que todos os fatos devam ser levados em consideração,⁴³ e que portanto uma “história geral” deve prevalecer sobre “histórias específicas” (pp. 183-184), até mesmo afirmando que “*Todos os ramos da história que estudam uma só espécie de fatos, isolada por completo (língua, artes, direito privado, religião), se vêem expostas ao mesmo perigo, porque não vêem mais do que pedaços da vida humana e não conjuntos*” (p. 192), na prática, o destaque ainda se volta para o caráter político da sociedade, para os acontecimentos desta natureza e os documentos oficiais produzidos a partir deles. Cito-os:

42 LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1972.

43 “*Para hacer la historia general, hay que buscar todos los hechos que pueden explicar ya el estado de una sociedad, ya una de sus evoluciones, porque han producido cambios. Hay que buscarlos en todos los órdenes de la actividad, cambios de población, innovaciones artísticas, científicas, religiosas, técnicas, cambio de personal directivo, revoluciones, guerras, descubrimientos de países.*” (LANGLOIS & SEIGNOBOS. p. 184).

Como os fatos gerais são sobretudo de natureza política, e como é mais difícil organizá-los em um ramo especial, a história geral tem permanecido de fato confundida com a história política (Staatengeschichte). Assim, os historiadores políticos se tornaram os campeões da história geral conservando em seus escritos todos os fatos gerais (imigração dos povos, reformas religiosas, invenções e descobertas) necessários para compreender a evolução. (LANGLOIS & SEIGNOBOS. p. 184)⁴⁴

Como conclusão desta operação de síntese, encontra-se a construção de *fórmulas gerais*,⁴⁵ que como uma equação matemática, viria representar o resultado do “racionamento construtivo”. Estas devem expressar de forma sintética a história geral dos acontecimentos, objetivamente – e isto significava também, a crença na imparcialidade do historiador –, cumprindo-se então o papel da História: “*Se houvessem classificado de uma forma metódica todos os fatos históricos determinados pela análise de documentos e pelo racionamento, se teria uma descrição racional de toda a história. O trabalho afirmação haveria terminado*” (p.195). Quanto à questão que eles mesmos propõem: “deve a história limitar-se a isto?”, afirmam que sim, e por uma razão prática, já que é o fardo de todo o conhecimento científico a impossibilidade de formar um saber completo, porque por mais que existam condições materiais para fazê-lo – e citam aqui coleções de documentos que consideram completas – levar-se-ia mais que a “vida de um homem”, para analisá-los. Ou seja, a totalidade – neste caso entendida como somatória de todos os fatos –, seria impossível por uma questão meramente de tempo de vida do historiador!

* * *

Inobstante ao fato de serem propostas diferentes, tanto o *historicismo alemão*, quanto o *positivismo* e a *escola metódica* francesa, surgem num contexto de crítica pós e contra-revolucionária. Como afirmação de uma estabilidade política burguesa e nacionalista.⁴⁶ Desta forma o conhecimento histórico não deveria servir ao ser utópico, especulativo, mas aspirar a inteligibilidade empírica da realidade. Sua visão de totalidade não é tão expressa como no caso do pensamento dialético, mas se faz presente como categoria da própria noção sistêmica da sociedade, uma vez que esta funcione de acordo com a recorrência de “leis

44 Todas as citações desta obra foram de tradução livre da edição castelhana.

45 Cabe aqui uma distinção entre “fórmulas gerais” e “leis gerais”. Ao contrário da concepção positivista de “leis gerais”, que são recorrentes e determinantes dos acontecimentos, para estes autores: “*toda acción humana es por naturaleza un hecho individual, pasajero, que no se produce más que en un solo momento y en un solo lugar.*” (Idem, p. 176).

46 FONTANA, 1998. p. 118.

gerais” ou então de dados empíricos, apreensíveis através de métodos semelhantes aos das ciências naturais.⁴⁷

Apesar das divergências teóricas destas principais *macroteorias* do pensamento científico histórico: o materialismo dialético, e as correntes científicas do XIX, Aróstegui escreve que:

Las diversas escuelas y corrientes historiográficas Del siglo XIX coinciden, al menos, en una cosa [...]: en dejar de considerar que la Historia es una crónica basada en los testimonios que han transmitido las generaciones anteriores para pasar a ser una investigación, con lo que, justamente, la propia palabra Historia recupera su pristino sentido en la lengua griega: investigacion. (ARÓSTEGUI. p. 81)

Como vimos portanto, aos poucos a ciência foi se apropriando da categoria filosófica de totalidade, uma vez que procuravam aproximar seus métodos o máximo possível da realidade concreta que pretendiam retratar, ou seja, objetos que mesmo tomados em contextos particulares, estavam inseridos e relacionados a um sistema de causalidade e interação com os demais. Foi indispensável para o desenvolvimento de uma História-ciência, propostas que procurassem dar conta deste novo paradigma. Portanto, a concepção universalizante destes pensamentos e escolas, é sem dúvida embrionária de alguns conceitos elaborados posteriormente, pela historiografia francesa.

De qualquer maneira, assim como Ranke dialogava inconscientemente com o idealismo hegeliano, os positivistas e historiadores metódicos mantinham ainda certos resquícios do iluminismo. E embora rejeitassem a unidade de um sistema filosófico em sua proposta totalizante, a história universal de Ranke e história geral de Langlois e Seignobos, se aproximava mais de uma proposta sistemático-aditiva do que realmente articulada e estrutural dos fatos.

Neste capítulo introdutório, discutimos a emergência de uma visão do sentido global – total – da História-ciência, desde a abordagem da categoria de totalidade no pensamento racional moderno e filosofia contemporânea, até as escolas teórico-metodológicas no caso alemão e francês. Concluí minha análise procurando descrever o cenário historiográfico francês que, no início do século XX começa a sofrer contestações, sendo o palco das discussões que se seguem no próximo capítulo, aonde veremos como essas concepções do século XIX, influenciam as propostas para a ciência histórica no século seguinte, sobretudo a questão da totalidade, e as origens da história total nos *Annales*.

47 Acerca dos autores historicistas, Fontana afirma: “Paradoxalmente, estes homens que se negavam a aceitar a existência de leis históricas gerais acima das realidades nacionais, seriam os criadores de métodos de pesquisa que se difundiriam universalmente até serem admitidos como norma científica da profissão que seriam considerados, sem fundamento algum, como equivalentes, no campo da história, aos métodos de investigação científica.” (FONTANA, 2004. p. 231).

Capítulo II – A PRIMEIRA GERAÇÃO E A HISTÓRIA TOTAL

Foi praxe, até agora, celebrar os progressos realizados pelos estudos históricos desde o começo do século XIX. Convencionou-se que o século XIX foi «o século da história». Mas o progresso da própria história suscitou problemas que ainda não foram resolvidos. As ciências naturais criaram métodos precisos e eficazes; apóiam-se mutuamente e os resultados combinam-se em sínteses que tomam um caráter cada vez mais positivo. As «ciências» históricas estão longe deste avanço.

HENRI BERR, 1911

É desta forma que o filósofo e historiador francês Henri Berr (1863-1954), inicia o prefácio de sua obra *A síntese em história: ensaio crítico e teórico*⁴⁸ onde prossegue criticando os rumos que a disciplina histórica tomara ao longo do recém findado século XIX. O autor afirma que “*Há pois atualmente uma espécie de crise, onde se traduz o estado inorgânico dos estudos históricos*” (p. 6), apontando que desde que a História havia deixado de ser uma narrativa romântica para tornar-se uma “história-ciência”, esta acabara ficando desinteressante e cada vez mais “distante da vida”. Em tom crítico ressalta, que este “mal-estar” – que não é peculiar somente à França – “*provém do fato de que um grande número de historiadores jamais refletiram sobre a natureza de sua ciência*” e que, diferente do que muitos vinham afirmando de “*que assim acontece porque a História é demasiado científica e sem contato com a vida: estamos convencidos de que, ao contrario, ela não é suficientemente científica*” (p. 6). Berr será um dos precursores desta crítica a historiografia tradicional, *historicizante*, como costumava se referir,⁴⁹ sendo de grande influência à geração precursora dos *Annales*, objeto desse segundo capítulo.

Como discutimos no capítulo anterior, a idéia de totalidade e de uma visão de conjunto, fazem parte do próprio estatuto do conhecimento que se pretenda científico. No caso da História, pôde-se notar em vários autores do século XIX, então referidos como científicos, metódicos, ou precipitadamente taxados de positivistas; a preocupação que muitos nutriam por uma História eminentemente científica, bem como a importância da “totalidade dos fatos”. Entretanto, como referi acima, logo no início do século seguinte, historiadores como Berr e, com maior afinco, os sociólogos Émile Durkheim,⁵⁰ Paul Lacombe e François Simiand, entre outros cientistas sociais, criticavam fervorosamente aquilo que chamavam de uma História *évènementielle* – episódica, factualista e presa ao

48 BERR, 1946.

49 Ver FEBVRE, 1989. p.117; Braudel, 2009. p. 92.

50 “É preciso que nossa sociedade retome a consciência de sua unidade orgânica (...). Muito bem, senhores, creio que a sociologia está, mais do que qualquer outra ciência, em condição de restaurar tais idéias.” (Émile Durkheim, apud DOSSE, 2003. p. 43).

“ídolo das origens”.⁵¹ Afinal, como Clio, mesmo num contexto acadêmico, estava fortemente ligada aos interesses e destinos da república – e com o poder político, de uma forma geral –, é natural que boa parte das críticas à História, tenha vindo das disciplinas vizinhas.

Contudo, não só de críticas externas padecia este modelo de História e sua contestação mais importante vai partir justamente de dois historiadores, Lucien Febvre (1878-1956) e Marc L. B. Bloch (1886-1944). É bem verdade que apesar de historiadores, Bloch e Febvre, nesta época, não faziam parte do *establishment* da História acadêmica tradicional, produzida nas cátedras da *Sorbonne* e *Collège de France*. Suas carreiras acadêmicas começaram na Universidade de Estrasburgo, na litigiosa fronteira franco-germânica da Alsácia (ou como prefere dizer um de meus professores, na “França profunda”).

Esta certa “marginalidade intelectual” – se assim pudermos chamar – será indispensável para a formação de ambos que, encontrando-se na periferia da produção do conhecimento “oficial”, puderam mais facilmente tornar-se seus fieis contestadores. Além da convivência “porta a porta” de seus gabinetes, o tempo em permaneceram por lá possibilitou-os um contato muito próximo com diversos colegas das ciências sociais. Este trânsito pelas várias áreas do conhecimento, marcará profundamente a postura que defenderão mais tarde, mesmo quando da troca dos ares renanos pelo furor da capital Paris, na década de 30.

Embora já fossem reconhecidos por vários artigos publicados, sobretudo na *Revue de Synthèse Historique* – de Henri Berr – e já tendo escrito algumas de suas grandes obras,⁵² Bloch e Febvre tornar-se-ão um verdadeiro marco de ruptura com a História que vinha sendo feita até então, quando da publicação (em 15 de janeiro de 1929) de sua própria revista: *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, que por sua vez inaugura propriamente os *Annales*, a ponto de se autodenominarem e serem reconhecidos por vários autores como uma própria “revolução” historiográfica.⁵³ Mais tarde, Fernand Braudel vai reconhecer a primazia do projeto de Berr, no entanto justifica que sua proposta de síntese estaria ainda imbricada pela sua formação de filósofo e por pretensões bem menores do que a

51 “O ídolo cronológico, ou seja, o hábito de se perder nos estudos das origens” (François Simiand, apud DOSSE, 2003. p. 46.) Ver também, BLOCH, 2001. pp. 56-60.

52 L. Febvre: *Felipe II e o Franco-condado* (tese publica em 1911), *Martinho Lutero, um Destino* (1928); M. Bloch: *Reis e Servos, um Capítulo da História Capetíngia* (tese publica em 1920), *Os Reis Taumaturgos* (1924).

53 Além de J. Le Goff, P. Burke, entre outros, se referirem a este momento como “revolução francesa da historiografia”, o próprio Marc Bloch, em correspondência enviada a L. Febvre, no dia 20 de outubro de 1929, escreve: “Na base do nosso empreendimento, está uma espécie de pequena revolução intelectual.”(apud FINK, 1995. p. 131).

“globalidade” dos fundadores dos *Annales*.⁵⁴ Dentre as principais propostas sugeridas por estes estão, precisamente, – como já insinua o título da publicação – fazer uma história econômica e social e não somente política. Mais do que isso, uma História verdadeiramente científica.

Até ai não haveria tanta novidade, já que os historiadores antes deles já haviam proposto uma História-ciência, a questão é que agora esta afirmava-se como uma “ciência dos homens”. Se o objeto da História é portanto o homem e não a Nação, como ocorria freqüentemente na história metódica – ou historicizante – a totalidade não poderia ser compreendida numa simples superposição dos fatos e instituições que compõe o Estado, mas sim das diversas categorias que compreendem a atividade humana: “*A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele*”.⁵⁵

É através destas discussões, que irá emergir cada vez mais forte a importância de uma visão global do passado, que procurasse abarcar o conjunto da sociedade humana e das durações de tempo em que esta sociedade se constituía, sem “mutilá-la” ou tendo uma visão simplista da mesma. É em todo este contingente de preocupações da primeira geração dos *Annales* que podemos observar o surgimento de uma “história total”, mesmo que o conceito, propriamente dito só venha a surgir na geração seguinte.

Para poder demonstrar a importância de Bloch e Febvre na formulação de uma visão total de História (como já havia mencionado na introdução) optei por me circunscrever principalmente a suas obras de maior reflexão geral acerca do conhecimento histórico, legando menor relevância às obras específicas. Primeiramente porque não haveria como ter uma noção mais abrangente de toda a obra dos mesmos e também por que é justamente em seus *combates e apologias* que podemos evidenciar – respectivamente – as maiores críticas ao caráter político e descritivo da historiografia tradicional e suas novas proposta para o *ofício de historiador*. De resto, utilizo a obra de diversos comentadores, biógrafos, herdeiros intelectuais próximos e distantes dos *Annales*, como veremos agora.

* * *

Começemos com um breve relato dos antecedentes dos *Annales*, ou seja, sua “pré-história”, suas principais influências, sobretudo naquilo que compete a sua proposta de uma História totalizante. Como já havia mencionado, a crítica à História tradicional havia partido

54 BRAUDEL, 1992. p. 16.

55 BLOCH, 2001. p. 79.

em boa parte dos sociólogos, que por sua vez foram de enorme influência na formação intelectual de Febvre e Bloch. Entre as maiores influências do então chamado, “duo de Estrasburgo”, podemos citar novamente o próprio Durkheim (1858-1917), e seus contemporâneos, Simiand e Lacombe. Ainda na sociologia, contamos com os estudos precursores de psicologia e memória coletiva de Maurice Halbwachs e com destaque para Marcel Mauss (sobrinho de Durkheim), que elabora em seu famoso *Ensaio Sobre a Dádiva* o conceito de “fato social total”,⁵⁶ de grande influência na proposta totalizante dos annalistas. A grande repercussão que estes sociólogos tiveram, sobretudo em Bloch, terá um análogo na geografia humana de Paul Vidal de La Blache para obra de Febvre. Citemos ainda: o antropólogo Lévy-Bruhl, o lingüista Antoine Meillet; Henri Hauser, que funda a primeira cadeira de História econômica em França, e de quem Bloch herdará a cátedra em 1933; os amigos de Bloch, Marcel Granet (sinólogo) e Louis Gernet (helenista) que o ajudaram a ampliar sua visão ao oriente e a antiguidade; entre outros. Um nome também recorrente, a quem se atribui inclusive outro conceito muito caro aos *Annales*, “a história problema”, remonta ao historiador belga Henri Pirenne, a quem Febvre originalmente havia sugerido a direção da revista.

Não pude citar todos os nomes relevantes,⁵⁷ mas encontram-se aqui listados, grande parte dos homens (nascidos na segunda metade do século XIX e que viveram em média até por volta da Segunda Guerra⁵⁸) que juntamente com Bloch e Febvre participaram de sua formação e alguns até dos primeiros anos dos *Annales*, como colaboradores assíduos da publicação. Esta composição multidisciplinar, já traz em seu bojo a idéia de uma visão mais geral, em que o objeto histórico poderia ser olhado de diversos ângulos que contemplassem seus mais variados aspectos.

Além de seus contemporâneos, podemos enumerar ainda o destaque que alguns autores mais antigos tiveram nesta proposta de abranger os vários aspectos da sociedade, como N. D. Fustel de Coulanges⁵⁹ (1830-1889), tido como uma das únicas influências, reconhecidas pelos annalistas, pertencentes à historiografia tradicional. Recuando mais no

56 “Nesses fenômenos sociais ‘totais’, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo - ; econômicas [...]” (MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Nayf, 2003. p. 187).

57 Ver BURKE, 1997. pp. 17-43.

58 Alguns como Halbwachs (campo de concentração de Buchenwald, 1945) e o próprio Bloch (campo de prisioneiros de Saint-Didier-de-Formans, 1944), sendo executados pelos nazistas.

59 “Suponham cem especialistas dividindo, por lotes, o passado da França: vocês acreditam que no final eles tenham feito a história da França? duvido muito,;faltar-lhes-ia pelo menos o liame dos fatos; ora esse liame também é uma verdade histórica.” (Fustel de Coulanges, apud BLOCH, 2001. p. 134).

tempo, outra grande inspiração declarada pelos autores é a proposta de “ressurreição integral do passado”, do historiador da *Restauração*, Jules Michelet (1798-1874). Apesar de criticada por seu caráter mais romântico do que efetivo,⁶⁰ a proposta de Michelet, juntamente com sua vasta obra, que passou a valorizar – no melhor sentido republicano, pós-revolucionário – a participação das massas e os aspectos religiosos e culturais, era recorrentemente evocada por Bloch e Febvre.⁶¹ A respeito do “sentido de unidade” de Michelet e Fustel de Coulanges, Bloch escreve: “*Estes dois grandes historiadores eram grandes demais para ignorá-lo: [...] o conhecimento dos fragmentos, sucessivamente estudados, cada um por si, jamais propiciará o do todo; não propiciará sequer o dos próprios fragmentos*”.⁶²

Saindo historiografia – propriamente dita – outros nomes associados ao início desta tradição holística, são o do romancista da *Revolução*, Chateaubriand (1768-1848) e antes dele o próprio Voltaire (1694-1778).⁶³ Isto para não mencionarmos as demais influências literárias, evocadas sobretudo por Lucien Febvre.⁶⁴

Apesar deste grande contingente de autores, que somente expressa uma parte das filiações da primeira geração, no que tange o tema da história total temos ainda que ressaltar seu “espírito de síntese”, como tributário direto as idéias do já citado Henri Berr.

A Revue de synthèse historique combate o fetichismo do fato e o reducionismo da escola metódica. Henri Berr preconiza a história síntese, a história global que levaria em consideração todas as dimensões da realidade, dos aspectos econômicos às mentalidades, em uma perspectiva científica. Nesse caso retoma as ambições durkheimianas de pesquisa das leis e das casualidades. (DOSSE, 2004, p.68)

Ou seja, como aponta François Dosse, podemos verificar claramente a influência de Durkheim sobre Berr e, posteriormente, a de ambos nos annalistas. Henri Berr se alinha ao combate dos sociólogos a uma História factualista, mas também se distancia deles ao criticar alguns excessos cometidos no sentido de tomar a sociedade numa análise meramente

60 J. Fontana (1998, p. 123) refere a esta proposta como um “falso marco totalizador”, enquanto J. Aróstegui (2001, p.61) a compara a “obstinação estéril” dos cartógrafos da epigrafe de Borges – utilizada no primeiro capítulo deste trabalho. Ver ainda: AYMARD, 1995. p. 93; LE GOFF, 2007. p. 103; MANDROU, 1988. p.27.

61 Cf. BLOCH, 2001. p. 134; FEBVRE, 1989. p. 31 et passim.

62 BLOCH, 2001. p. 134.

63 “*Agora, a história é uma enciclopédia; é preciso enfiar tudo nela, desde astronomia até química, desde a arte do financista até a do manufator, desde o conhecimento do pintor, do escultor e da arquitetura até o do economista, desde o estudo das leis eclesíásticas, civis e criminais até o das leis políticas.*”(François-R. de Chateaubriand, apud LE GOFF, 2005. p.52); “*Apenas foi feita a história dos reis, mas não foi feita a da nação, parece que durante 1.400 anos houve nas Gâlias somente reis, ministros e generais, mas nossos costumes, leis hábitos, vestuário e espírito não estão lá?*”(Voltaire, apud DOSSE, p. 200).

64 Ver FEBVRE, 1989; LE GOFF, 2007. pp. 100-101.

especulativa, abandonando completamente os acontecimentos.⁶⁵ Desta forma é imprescindível situarmos o papel de Berr e de seu trabalho como um novo eixo importante dentro da disciplina histórica pré década de 30.⁶⁶ Partamos agora mais propriamente para a análise dos dois fundadores dos *Annales*.

* * *

Há exatos oitenta anos, surgia em França os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, o primeiro nome do periódico – que como já mencionei – da origem ao novo movimento historiográfico.⁶⁷ Logo nas páginas iniciais do primeiro exemplar, os autores, justificam a finalidade da nova publicação.⁶⁸ Após afirmarem que até agora “os historiadores só haviam reproduzido os mesmos métodos e portanto chegado aos mesmos resultados”, estes definem o objetivo da revista; na realidade, um objetivo triplo.

Primeiramente, tencionavam acabar com o cisma entre historiadores e demais cientistas sociais, proporcionando um fórum para debates, disseminação de novas metodologias e abordagens diferentes. Em segundo lugar, procuravam quebrar – ou ao menos atenuar – a compartimentação da história em: antiga, medieval e moderna; além de obviar distinções artificiais, como a oposição entre sociedades “primitivas” e “civilizadas”. E finalmente, embora respeitando a “especialização legítima”, almejavam derrubar as barreiras entre as disciplinas e a criar uma comunidade das Ciências Humanas – em torno da História – que visasse o desenvolvimento interdisciplinar de uma história econômica, social, ou da “história simplesmente”. “*Num tom que viria a ser característico dos primeiros dez anos de revista, os diretores concluíam: ‘O nosso empreendimento é um ato de fé na virtude exemplar do trabalho honesto, consciencioso e construído em bases sólidas’*”.⁶⁹

65 Após dar razão a vários pontos da abordagem dos sociólogos, adverte: “*Mas quando lhes acontece exagerar o papel deste objeto que é a sociedade, por não se contentarem em lhe precisar a natureza; quando tendem a dar a história uma interpretação puramente sociológica, não tem razão, por seu termo. Voltam, a despeito de tudo, à filosofia da história; caem no erro que nos outros, e com justo título, severamente denunciaram.*” (op. cit., p. 112).

66 A este respeito, ver ainda BRAUDEL, 1992. pp. 13-21.

67 Aparentemente este título teria sido uma adaptação para o idioma francês do título de uma revista alemã chamada *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*, ligada ao pensamento teórico do historiador e economista Gustav von Schmoller (1838-1917). Ver WALLERSTEIN, p. 20; BRAUDEL, 1992. p. 25.

68 Bloch, M. & Febvre, L.. À nos lecteurs. In. *Annales d'histoire économique et sociale, 1e année*, N. 1, 1929. pp. 1-2. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/brevues/homeprescript/article/hess_0003-441x_1929_num_1_1_1031>, consultado em 20 de outubro de 2009.

69 FINK, C. p. 144.

Entretanto, se a preocupação com uma visão geral e sintética, já era (como vimos) algo proposto antes de 29, qual a originalidade da proposta annalista? Inicialmente, podemos notar nestes três pontos de seu objetivo – sobretudo nos dois últimos – o sentido em que a totalidade é concebida e a proposta de uma História que dê conta de contemplá-la. Um de seus eixos é uma dimensão temporal que nega a secção arbitrária da cronologia histórica e dos acontecimentos tomados enquanto fatos isolados; o outro é a pluralidade do objeto histórico: o homem, em seus vários aspectos e atividades. De qualquer maneira, para respondermos melhor esta pergunta, voltemo-nos para uma leitura da obra desses dois autores, que nem sempre convergem.

Começemos por Lucien Febvre e sua proposta de uma história *tout court* (história simplesmente). Em sua obra *Combates pela história*⁷⁰ (publicado em 1953), Febvre reúne uma série de artigos de sua autoria, bem como alguns cursos e aulas inaugurais que dera ao longo de sua carreira, para compor aquilo que chamou de um “mobiliário básico” para História,⁷¹ diferente daquela que procurava combater. Seu primeiro combate, era contra a própria idéia de uma ciência rígida, enclausurada em sua especificidade, algo comum às ciências naturais e à história *historicizante*. “*A Ciência não se faz numa torre de marfim. Faz-se a par e passo com a vida, e através de seres vivos que mergulham no século. Está ligada por mil laços sutis e complicados a todas as atividades divergentes dos homens*” (p. 26).

Mais à frente, esclarece que os próprios epítetos “econômica e social” colocados após História, no nome de sua revista, eram na realidade uma escolha arbitrária onde econômico “*é em última análise, mais que um resíduo ou uma herança: a das longas discussões a que, desde há um século, deu lugar o chamado problema do Materialismo Histórico*”. E que *social*, por sua vez, “*é um desses adjetivos que se fez ao longo do tempo dizer tantas coisas que por fim não quer dizer mais quase nada*”, podendo, logo, abranger praticamente tudo (p. 29).⁷² Termina esta parte lançando sua própria definição de História:

70 Febvre, 1989.

71 “*Se, ao reunir estes artigos escolhidos, entre tantos outros, fosse minha intenção erguer a mim próprio qualquer espécie de monumento, teria dado a recolha, um título diferente. Tendo fabricado ao longo da minha vida, e esperando fabricar ainda, alguns grandes móveis com que mobiliar a história – que podem, pelo menos provisoriamente, guarnecer certas paredes despidas do palácio de Clio [...]*” (op. cit. p. 7).

72 E segue: “*Porque estávamos de acordo ao pensar que, precisamente, uma palavra tão vaga como «social» parecia ter sido criada e posta no mundo por um decreto da Providência histórica, para servir de insígnia a uma Revista que não queria rodear-se de muralhas, mas sim fazer irradiar largamente, livremente, indiscretamente mesmo, sobre todos os jardins da vizinhança, um espírito: isto é, um espírito de livre crítica e de iniciativa em todos os sentidos.*” (idem, p. 29).

Volto mais atrás: não há história econômica e social. Há simplesmente história⁷³, na sua Unidade. A história que é toda ela social, por definição. A história que considero o estudo, cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é postulado da sociologia), com as quais encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas. (FEBVRE, 1989. p. 30)

Além de evocar a diversidade das atividades humanas, o que já declara sua preocupação com uma visão global, Febvre define a História não como uma ciência propriamente dita, mas como um “estudo cientificamente elaborado”. Segundo alguns comentadores,⁷⁴ ele assim opta, por reservar a qualificação de científicos para os métodos de pesquisa, negando-a aos resultados. Ou seja, provavelmente, ainda preservava a noção de que “ciência” remete necessariamente ao postulado de leis gerais, inorgânicas, o que não se aplicaria a História – mesmo que seu estudo fosse uma prática cientificamente determinada.

Desta forma, seja a História uma ciência, ou um “estudo cientificamente elaborado”, uma história econômica, ou social, o que não se pode perder de vista é seu objeto de estudo em si, o homem, que por sua vez é definido da seguinte maneira:

Esse homem, numa palavra, é o lugar comum de todas as atividades que exerce – e podemos interessar-nos mais particularmente por uma delas, pelas suas atividades econômicas, por exemplo. Com condição, que é nunca esquecer que elas o põem em causa inteiro, sempre – e no âmbito das sociedades que criou. Mas aí está precisamente o que significa o epíteto social, que se junta ritualmente ao do econômico; essa condição lembra-nos que o objeto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana – mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos que faz parte. (FEBVRE, 1989. p. 31)

É com esta crítica a uma História-ciência estática, alheia à realidade – “que é a própria vida” – e que fragmenta o seu objeto; que Febvre conclui este seu primeiro capítulo intitulado *Viver a História*. Lembrando-nos que caso se considere a História, uma “ciência dos homens”, está é deve ser uma “*Ciência da mudança perpétua das sociedades humanas, do seu perpétuo e necessário reajustamento a condições novas de existência material, política, moral, religiosa, intelectual [...]. É aí que a história encontra a Vida.*” (pp. 39-40).

Na mesma obra o autor segue combatendo a historiografia tradicional. Febvre chega a fazer uma distinção clara entre Política e História, onde o fator que diferencia uma da outra é o caráter de uma visão articulada do conjunto da sociedade, no caso da História, em contrapartida a análise restrita da Política.⁷⁵ É neste contexto que sua censura se encaminha

73 Em francês: “histoire tout court”; é aqui portanto que surge a expressão, como nos sugere BURKE, 1997. p. 31.

74 ARÓSTEGUI, 2001. p. 60.; FONTANA, 2004. p. 273.

75 “O que sei, sem dúvida alguma é que esta política e a história são duas coisas distintas: a história que não isola arbitrariamente dos interesses fundamentais dos dirigidos, as vontades ou as veleidades dos dirigentes; a história que não sabe o que são nem a diplomacia em si, e nem uma política sem ligação com a economia, nem uma economia que não reflita, juntamente com a ação dos fatores físicos e naturais poderosos, o papel, não menos ardente, destas forças

diretamente à pessoa de Charles Seignobos, que como já pudemos observar, por mais que postule uma visão de síntese geral, na prática, está mais preocupado com a narrativa dos fatos políticos do que com a análise mais estrutural do homem como um todo.

Um capítulo de seu livro é destinado tão somente para ironizar a mais recente obra de Seignobos, *História da Rússia*. Publicada em 1932, a proposta de uma síntese da história da Rússia moderna era algo original, na França de então. Entretanto, segundo Febvre, sua formulação era tão retrógrada “*que por vezes nos sentimos tentados a crer que os tipógrafos se enganaram ao imprimir 1932 na capa: por instinto, dir-se-ia 1902*” (p.75). E depois conclui: “*De fato, não temos uma História da Rússia, temos um manual de história política da Rússia, de 1682 a 1932*” (p. 77) e que aquilo que estes consideram como uma síntese histórica, nada mais é “*senão um resumo de acontecimentos políticos, vistos por um dos seus atores*”(p. 79).

Posteriormente é dado ainda sua estocada final na história *historicizante*, (cujo subtítulo do artigo é: “Sobre uma forma de história que não é a nossa”), definida como: “*a história que se prende na operação de agrupar e depois trabalhar os fatos, pois seria essa uma ciência do particular*” (p. 118). Neste momento Febvre condena diretamente a concepção de história geral destes autores – que pregavam a imparcialidade do pesquisador – restringido-se ao recolhimento de “*todos os fatos*”:

«O historiador não tem o direito de escolher os fatos» [...] Reunamo-los todos. Não escolhamos... Diziam isso, os nossos mestres, como se toda a história não fosse uma escolha, pelo simples fato do acaso que destruiu determinado vestígio e protegeu um outro (não falemos por agora do fato do homem). E se houvesse apenas essa espécie de acasos? – De fato, a história, é escolha. Arbitrária, não. Preconcebida, sim. E ainda isto, caro amigo, nos separa deles. (FEBVRE, 1989. p.119)

Inegavelmente, o combate travado por Febvre a este tipo de História, denuncia a fragilidade da mesma: sua erudição descritiva e estéril e sua ingenuidade ao ignorar a própria subjetividade do historiador. Não obstante, alguns autores contemporâneos criticam certos pontos de sua proposta de uma história total, ou História simplesmente. Febvre, no caso, está tão preocupado em desbancar o predomínio dos fatores políticos, que coloca todos os aspectos humanos com o mesmo grau de importância, sem o estabelecimento de hierarquias. A única distinção feita pelo autor é quanto à abrangência dos fatos (p. 207), se afetam maior ou menor número de indivíduos, desconsiderando o peso que alguns fatores possam desempenhar sobre os demais em contextos diferentes.

espirituais, ou psicológicas que se vê (ou que se sente) correr no meio de todas as manifestações de atividade humana, como o fogo entre as matérias explosivas, «Infatigável e estridente».” (FEBVRE, 1989. pp. 70-71).

O historiador catalão Josep Fontana afirma que “*Isto é uma licença para misturar tudo alegremente, sem regras nem prioridades*”.⁷⁶ Michel de Certeau, vai um pouco além, retomando uma citação de Berr – que considera a proposta de Febvre ainda de caráter um tanto idealista – vai referir-se não a paridade que Febvre legaria aos vários aspectos, e sim ao privilégio que as questões psicológicas e culturais teriam em sua proposta totalizante:

O fundador dos Annales não faz outra coisa quando promete uma Busca e uma Reconquista históricas do “homem”, [...] quando, com a “mentalidade”, a “psicologia coletiva” [...] encobre sob uma homogeneidade “cultural” os conflitos de classe onde ele próprio se encontra implicado. Por mais genial e nova que seja sua história, ela não é menos marcada socialmente que aquelas por ele rejeitadas; contudo, se ele pode ultrapassá-las, isso se deve a que elas correspondem a situações passadas e que um outro “capuz”, pronto para usar, lhe é imposto pelo lugar que ocupa nos conflitos de seu presente. (CERTEAU, p.26)

Passemos agora a Marc Bloch. Poeticamente, poderíamos considerar Bloch como um “homem total” de seu tempo: historiador, professor e *partisan*, este teve de combater não só a história historicizante, mas também as tropas nazistas durante a ocupação francesa. Infelizmente, está última batalha ele não venceu.

Segundo o que escreve Jacques Le Goff, no prefácio de *Apologia da história, ou o ofício de historiador*⁷⁷ (testamento intelectual de Bloch, publicado postumamente em 1949, por Lucien Febvre), existem duas palavras-chave para se compreender o temperamento de historiador de Marc Bloch:

“Mutilação”: Bloch se recusa uma história que mutilaria o homem (a verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas idéias e atos) e que mutilaria a própria história, esforço total para apreender o homem na sociedade e no tempo. *“Fome”*: a palavra já evoca a célebre frase inscrita desde o primeiro capítulo do livro: “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. (Le Goff, J. In: BLOCH, 2001. p. 20)

Embora se trate de um ensaio inacabado – melhor seria dizer, interrompido – e que não chega a se aprofundar nas discussões que suscita, o *Apologia à História*, ao menos sugere uma série de temas, hoje muito caros e indispensáveis à nossa disciplina. Portanto, em nenhum momento podemos considerar sua análise superficial, pois apesar de por vezes só mencionar algumas questões, ele toca no cerne das preocupações que cercam o ofício de historiador.

Ao contrário de Febvre, Bloch não reluta em considerar a História enquanto uma ciência propriamente dita: “*ciência dos homens no tempo*” (p.55), ele a define. Mantém

76 FONTANA, 2004. p. 273.

77 BLOCH, 2001. Embora esta obra tenha sido algumas vezes mal compreendida, e confundida com um mero manual de método, ou até mesmo criticada pelo próprio Febvre (ver FONTANA, 2004. p. 277 e nota 19; LE GOFF, 2007. p. 122), já insinua algumas questões importantíssimas como as discussões sobre *estranhamento*, *distanciamento*, memória e esquecimento, duração...

assim como seu colega,⁷⁸ o homem como objeto central da História, entretanto faz questão de introduzir “no tempo”, ao em vez de “de outrora, tomados na sua data” como fizera Febvre; isto fará toda a diferença, como veremos adiante. Voltando ao desígnio de “ciência”, Bloch não teme utilizá-lo, por entender que não necessariamente remeta aos métodos matemáticos das ciências naturais – exatas. Comenta que esta polêmica entre *História-ciência vs. História-arte*, já é algo ultrapassado: “sobre isto nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar gravemente”. Ele ressalta ainda que “não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria”. E que “os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais, muitos escapam a medida matemática” (p. 54). Por fim, resolve este dilema com uma dentre suas louváveis metáforas:

Entre a expressão das realidades do mundo físico e das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se antes de tudo pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador. (BLOCH, 2001. p. 55)

A despeito disto, se Bloch consegue amenizar os paradoxos existentes entre o método matemático e o histórico, abrigando ambos sob a categoria de ciência, ele mais tarde, distingue oportunamente a História das demais ciências físicas, devido justamente à natureza de seu objeto: “A história no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios em que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina”, isto se dá porque “o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens” (p. 44).

Ou seja, como vimos no primeiro capítulo, o próprio conceito de ciência sugere a elaboração de propostas totalizantes. E que por mais que a História tenha se tornado uma ciência, não podemos desconhecer a diferença crucial de seu objeto, que permaneceu no passado e ao qual só se pode acessar através de seus testemunhos e vestígios.⁷⁹ Logo, “onde calcular é impossível, impõe-se sugerir” (p. 55).

Bloch segue seu raciocínio demonstrando que singularidade efetiva do saber histórico é sua necessidade de uma visão de conjunto, que não pode mecanicamente seccionar seu objeto, como faz a biologia, por exemplo: “O biólogo pode efetivamente, por maior comodidade, estudar à parte a respiração, a digestão, as funções motoras; não

78 E antes deste, Michelet e Fustel de Coulanges (Ver BLOCH, 2001. p. 54, nota 4).

79 “Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para constituir um crime ao qual não assistiu; do físico, que retido no quarto pela gripe, só conhece os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório.” (BLOCH, 2001. p. 69).

ignora que, acima disso tudo, há o indivíduo do qual é preciso dar conta”(p.132). Em contrapartida, a História possui dificuldades de outra essência, “*pois, em última instância, ela tem como matéria precisamente consciências humanas*”, e que, diferentemente das funções do organismo, “*as relações estabelecidas através destas, as contaminações, até mesmo as confusões da qual são terreno constituem, a seus olhos, a própria realidade*” (p. 132). Enquanto Febvre defendia uma “*histoire tout court*”, ao em vez de uma história econômica, social e definitivamente, uma história política, Bloch prefere situar sua crítica mais veemente à terminologia utilizada para fragmentar não o estudo, mas o objeto em si:

Ora, “homo religiosus”, “homo economicus”, “homo politicus”, toda essa ladainha de homens em “us”, cuja lista poderíamos estender à vontade, evitemos tomá-los por outra coisa do que na verdade são: fantasmas cômodos, com a condição de não se tornarem um estorvo. O único ser de carne e osso é o homem, sem mais, que reúne ao mesmo tempo tudo isso. (BLOCH, 2001. p. 133)

Ambos autores, tendo o homem no centro do universo da pesquisa histórica, defendem a totalidade de seu objeto. Bloch assevera que “*a ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram*”, mas que “*o perigo começa quando cada projetor pretende ver tudo sozinho; quando cada canto do saber é tomado por uma pátria.*” (p. 131).

Até aqui temos um consenso, entretanto, a ênfase que Febvre dá à unicidade da disciplina histórica, já nos leva a sugerir que há uma certa distinção entre a sua proposta totalizante e a de Marc Bloch, sobretudo no que tange à questão da especialização e interdisciplinaridade.

A proposta de Febvre, parece residir efetivamente, em seu “espírito enciclopédico”, sendo a própria *revista dos Annales*, seu melhor exemplo. Este deixa bem claro que sua aposta para o futuro da História, é a “investigação coletiva”⁸⁰ em torno de uma “história problema” (e aqui temos outro conceito muito caro aos *Annales*, que não irei me adentrar). Basta por ora, compreendermos que Febvre parte do pressuposto de que não devem existir disciplinas entrincheiradas e especialidades propriamente ditas. Quando se torna diretor da *Enciclopédia Francesa*, um amigo lhe pergunta se haverá nela um espaço próprio para geografia-humana, este responde que seu objetivo era “*quebrar os quadros abstratos e ir direto aos problemas que o homem não especializado traz consigo, põe a si próprio, e aos demais, sem qualquer preocupação de escola*”.⁸¹ Nesta perspectiva podemos considerar sua

80 Ver *Por uma história dirigida. As investigações coletivas e o futuro da história*. In: FEBVRE, 1989. pp. 61-66.

81 E prossegue: “*não, meu amigo, nunca a geografia humana encontrará a sua «a sua casinha independente no edifício enciclopédico».* Do mesmo modo que a química, a botânica, etc. Seria a própria negação do programa, do desígnio de *Enciclopédia*. Ela não é uma «cidade-jardim» das ciências e das artes: cem pequenos pavilhões isolados, cada um com

intenção de uma abordagem interdisciplinar, em torno de um mesmo problema – materializada pela *Enciclopédia* e o trabalho em conjunto – como a materialização de sua proposta totalizante.

Bloch também avalia positivamente o trabalho conjunto, mas não despreza as especialidades dentro da própria História, contanto que a especialização esteja na disciplina, e nunca no objeto em si. Assim, estas se fazem – se não legítimas – ao menos necessárias, desde que não comprometam a visão do todo:

A vida é muito breve , os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade. O mundo atual terá sempre seus especialistas, como a idade da pedra ou a egiptologia. A ambos pede-se simplesmente para se lembrarem de que as investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita através da ajuda mútua, é a história universal. (BLOCH, 2001. p. 68)

Mais adiante, há ainda o que Bloch chama de “especializações verticais”, que são os historiadores voltados para um período específico da história. Ele as toma como um “remédio contra a falta de extensão de nossos espíritos e a brevidade de nossos destinos” (p. 129). Diferente de Langlois e Seignobos, que em seu manual relegam tão somente a impossibilidade de uma história geral, devido à curta vida do pesquisador, Bloch inclui “a falta de extensão de seu espírito”. Todavia tratam-se de problemas de duas ordens. A proposta dos autores metódicos, posta em prática, era – simplificada: “se não se pode fazer a história de tudo, dado à efemeridade de nossa existência, se faça à história política, que é a mais geral de todas”. Bloch, em seu turno, utiliza esta justificativa para aceitar a existência de várias histórias – econômica, social, das mentalidades, etc – e especialistas em história medieval, moderna, etc; sem extinguir a possibilidade que cada um deles, venha a ter uma visão de conjunto do todo aonde seu objeto se insere. Isto ocorre porque a própria concepção de totalidade, em Bloch, é completamente diferente da de seus dois antigos professores (Langlois e Seignobos), e até mesmo da de Lucien Febvre; como proponho vermos a seguir.

* * *

seu porteiro, o seu aquecimentozinho central, e o dono da casa com seus pequenos hábitos; é a casa comum de todos os cientistas e de todos os artífices, sustentando-se uns aos outros com as suas idéias, seus métodos , as suas procuras e as suas preocupações: reconhecendo que são irmãos de intenção e de esforços, que têm os mesmos objetivos e que, do êxito ou do fracasso de um, o outro deve tirar proveito e ensinamento.” (idem. pp. 108-109).

Até agora, apresentei as idéias de Febvre e Bloch que julguei mais importantes para compor esta discussão acerca da história total. Preferi expor as concepções de Febvre e posteriormente Bloch – embora não tenha deixado de compará-las, oportunamente. Optei desta forma por acreditar que suas obras podem ser tomadas como dois momentos diferentes desta discussão, e da própria afirmação de uma História nova. Os combates de Lucien Febvre se prestam para abalar de vez as ruínas, e “limpar o terreno” da uma história historicizante (embora esta nunca tenha se extinguido completamente). Enquanto isto, o pensamento de Marc Bloch – mais amadurecido – pode ser considerado como tendo fundamentado melhor as bases da História que estava por vir. Esta associação não é algo consensual, e prefiro tomá-la mais como opinião minha do que afirmação histórica, até porque devido a morte prematura de Bloch, a influência de Febvre sempre parece ter contado mais.⁸² De qualquer forma, guardei para este momento, alguns aspectos fundamentais que tornam a proposta de Marc Bloch singular e mais afinada com a consolidação da história total, na segunda geração.

Como vimos, a própria definição de História para Bloch, traz consigo a forte presença do tempo, mais propriamente da “categoria de duração”.⁸³ Isto porque um fenômeno humano, além de compor um universo sincrônico, aonde se articula, com os demais, é também “*sempre um elo de uma série que atravessa as eras*” (p. 116), ou seja, está inserido no tempo e logo deve ser tomado em perspectiva. Se Febvre já havia rompido com a “totalidade: somatória dos fatos”, própria da história *èvennementielle*, ele ainda não havia pensado na questão do tempo histórico e de sua estrutura.⁸⁴ Preocupado em combater a história historicizante, Febvre afirma a História como uma “ciência da mudança perpétua das sociedades humanas” e das “condições diversas e sincrônicas de existência dos homens”, mas é Bloch quem observa também a questão da permanência. Este não chega a desenvolver profundamente a questão – o que só será feito por Fernand Braudel, na geração

82 Compartilho, em parte, da opinião de João Carlos Reis. Ver REIS, 1994. pp. 46-57.

83 “O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa se abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida a irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade.” (BLOCH, 2001. p.55).

84 “Sob a influência da sociologia durkheimiana, Bloch tenderá a apagar da sua obra a presença do evento e a pensar estruturalmente o tempo vivido. Ao contrário de Febvre, ele não vai do grande evento intelectual à sua estrutura, mas analisa estruturas onde os eventos são tratados como meros sinais reveladores e em posição secundária.” (idem, p 46). Mais influenciado por pela geografia humana da de La Blanche, este, sempre pensou mais o espaço e a geografia, enquanto Bloch, seguindo numa linha durkheimiana, preconizava o tempo e as estruturas.

seguinte – todavia, afirma que o historiador “nunca sai do tempo. Mas, por uma oscilação necessária, [...] ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente a duração, ora o momento humano em que essas coisas correntes se apertam no nó poderoso das consciências” (p.135). Esta noção de uma duração dialética (permanência e mudança), em Bloch, inaugura este tipo de discussão; como apontam Le Goff e José Carlos Reis.⁸⁵

A totalidade em Bloch, é portanto também temporal, diacrônica. Por isso mesmo uma história geral, nos moldes da história metódica, seria verdadeiramente impossível:

Será possível retrazar todas essas diversas atividades, cujo conjunto compõe uma sociedade, de roldão, voando incessantemente de uma para outra, no próprio emaranhado, em suma, em que são apresentadas por cada documento ou cada vida, individual ou coletiva? Isso seria sacrificar a clareza, não em detrimento da ordem verdadeira do real, que é feita de afinidades naturais e ligações profundas, mas da ordem puramente aparente do sincronismo. Uma caderneta de experiências não se confunde com o diário, minuto por minuto, do que acontece dentro do laboratório. (BLOCH, 2001. p. 129)

Conclui-se então que, mesmo uma História que pense o conjunto da sociedade até mesmo de maneira sistêmica, ainda assim não terá atingido sua totalidade – que é também temporal. Ciente da fragilidade desta proposta totalizante, Bloch propõe que da diversidade dos fatos humanos à unidade da consciência havia uma *recomposição* a ser feita e que “para permanecer fiel à vida, no constante entrecruzamento de suas ações e reações, não é de forma alguma necessário pretender abraçá-la por inteiro, por um esforço geralmente muito vasto para a possibilidade de um único cientista” (p.134).

A este respeito, José Carlos Reis afirma que “Bloch oscila entre a aspiração de uma história total e a consciência de sua possibilidade”.⁸⁶ Entretanto, comentadores de sua obra, afirmam que a grande contribuição de Bloch, para uma história total, parte de sua linhagem durkheimiana, onde procura desenvolver conceitos históricos próprios que dessem conta de explicar sistematicamente o funcionamento das estruturas sociais, como apontam Guy Bois⁸⁷ e também François Dosse:

Da mesma maneira que uma multidão não é a soma de indivíduos, a história não é a soma de objetos sucessivamente estudados, uns em relação aos outros; ela só pode existir na recuperação das interações entre os diversos níveis do real. Embora a noção de plasma

⁸⁵ LE GOFF, 2007. p.123.; REIS, 1994. pp. 46-57.

⁸⁶ REIS, 1994. p. 53.

⁸⁷ “Marc Bloch procede de forma bastante diferente. Este pesquisa estruturas, complexos de estruturas, a fim de explicar as consistências que ocorrem entre esses níveis diferentes. Ele procede por decomposição e registro do material histórico, mas ao mesmo tempo, toda a sua abordagem é dirigida para sintetizar a explicação que engloba tudo, sem entrar em qualquer atalho ou ocultar os limites teóricos da síntese. Ao longo do caminho, ele forja ou adota conceitos que considera operacionais [tradução livre do idioma francês].” (BOIS, 1990. p. 166).

permaneça muito fluída sobre a natureza das relações internas de um sistema social, ele [Bloch] não concebe esse sistema como a justaposição do Homo economicus, do Homo religiosus, do Homo politicus... mas no esboço de uma síntese a partir de conceitos, como por exemplo, o de “regime agrário” na obra Les Caractères originaux, ou o de “sistema feudal” cuja unidade ele destaca em A sociedade feudal. (DOSSE, 2004., p. 143)

De acordo com Jacques Le Goff, desde sua tese *Os Reis Taumaturgos* – a “*história total de um milagre*” –,⁸⁸ Bloch já vinha desenvolvendo este tipo de abordagem sistêmica. Mas, é em *A sociedade feudal*⁸⁹, que este efetivamente “*percebe uma realidade total que engloba, em uma mesma coerência, o aspecto econômico, o social e o mental*”⁹⁰ e segundo Burke,⁹¹ este seria seu “livro mais durkheimiano”. Como escreve Bloch em seu prefácio, após problematizar os conceitos de “feudalismo” e “sociedade feudal”, esclarece seu objetivo: “*Por outras palavras, o que nos propomos tentar aqui é a análise e a explicação de uma estrutura social, com suas conexões*”. E já ciente da possibilidade de expandir esta proposta para outros territórios da história, propõe: “*Tal método, a afirmar-se fecundo pela experiência, poderá ser empregado noutros campos de estudos, limitados por fronteiras diferentes*” (p.13). Bloch finaliza seu prefácio da seguinte maneira:

Mas o historiador não tem nada de homem livre, pois do passado apenas se conhece aquilo que esse passado quer mostrar-lhe. Por outro lado, quando a matéria que tenta abarcar é demasiado vasta para lhe permitir a exploração pessoal de todos os testemunhos, ele sente-se sem cessar limitado, na sua investigação, pelo estado das pesquisas. Evidentemente não encontrarão aqui a descrição de nenhuma dessas guerras rendilhadas de que a erudição, mais do que uma vez, ofereceu o espetáculo. Como suportar que a história possa apagar-se perante os historiadores? Pelo contrário, procurei nunca dissimular, fossem quais fossem as suas origens, as lacunas ou imprecisões dos nossos conhecimentos. Não temi, com isso, correr o perigo de repelir o leitor. Ao invés, seria por apresentar sob um aspecto falsamente esclerosado uma ciência que é toda movimento que se correria o risco de atrair sobre ela o tédio e a frieza. (BLOCH, 2009. p. 14)

E segue retomando o segundo dos dois aspectos (“fome” intelectual) que Le Goff destacara em seu temperamento: “*um livro de história deve fazer fome. Fome de aprender, e sobretudo de investigar, e compreender. Este livro não tem desejo mais forte do que abrir o apetite a alguns estudiosos*” (p.14).

* * *

88 J. LE GOFF. Prefácio. In: BLOCH, M. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p.16.

89 BLOCH, 2009.

90 DOSSE, 2003. p. 116.

91 BURKE, 1997. p. 36.

Mostrou-se particularmente difícil nestes dois primeiros capítulos retratar um universo científico, historiográfico, ao qual geralmente não estamos muito familiarizados. São muitos nomes que acabam sendo tão somente citados, a título de não serem deixados de fora. A dificuldade de se trabalhar com uma história da História, é que – como já havia referido na introdução – muitas vezes nos encontramos tão envolvidos com certos autores e idéias, que esquecemos de colocá-los em perspectiva histórica. E mesmo assim, raramente, quando os consideramos desta forma, acabamos tomando-os isoladamente, sem percebermos que estão inserido em um contexto social, intelectual (e não esqueçamos, institucional) muito maior.

Ou seja, nestas primeiras tentativas de aproximação com a história total da primeira geração, procurei ao máximo traçar paralelos comparativos, que relacionassem a perspectiva dos fundadores, com as influências recebidas, espero ter conseguido, do contrário acabo de fazer uma história muito mais *historicizante*, do que tinha me proposto!

De qualquer maneira, o capítulo seguinte que trata de Fernand Braudel, na realidade reintroduz e encerra a problemática deste trabalho, já que a bem da verdade, a idéia de história total, ou global – como prefere Braudel – se formaliza e populariza, efetivamente, na sua obra.

Exceto por alguns poucos outros nomes, o contexto que influenciou Braudel, em realidade é este então descrito, da primeira geração. Deste modo o principal objetivo desse capítulo final será identificarmos as continuidades, rupturas e inovações da proposta globalizante braudeliiana com as anteriores, bem como sua inserção no âmbito do estruturalismo. Como procurarei mostrar a partir de agora.

Capítulo III – A HISTÓRIA TOTAL/GLOBAL DE BRAUDEL

Ora, o que é verdadeiro para a constituição do fato histórico, não o é menos para sua seleção. Também desse ponto de vista, o historiador e o agente histórico escolhem, destacam e recortam, pois uma história verdadeiramente total os poria perante o caos [...]. Mesmo uma história que se diz universal ainda não é mais que uma justaposição de algumas histórias locais, dentro das quais (e entre as quais) os vazios são muito mais numerosos que os espaços cheios. E seria vão acreditar que multiplicando os colaboradores e intensificando as pesquisas obter-se-ia um resultado melhor: pelo fato de a história aspirar à significação, ela está condenada a escolher regiões, épocas, grupos de homens e indivíduos dentro desses grupos e a fazê-los surgir, como figuras descontínuas, num contínuo suficientemente bom para servir de pano de fundo. Uma história verdadeiramente total neutralizar-se-ia a si própria; seu produto seria igual a zero.

CLAUDE LÉVI-STRAUSS, 1961

É um tanto abrupto começarmos o último capítulo deste trabalho – que abordará Fernand Braudel (1902-1985) e sua perspectiva de uma história total/global – com uma crítica um tanto severa e desestimulante a esta proposta. Em um “tratado sobre a arte das epígrafes” certamente leríamos que estas devem ser breves e poéticas; rompi com esta máxima, nos três capítulos que escrevi: nas dificuldades de se começar um texto, procurei tomá-las como ponto de partida. Neste caso, entretanto, ela ocupa uma posição ainda mais dúbia, esta crítica de Lévi-Strauss a uma suposta aporia da idéia de história total será ainda nosso ponto de chega. Explico-me, não há como compreendermos a postura historiográfica de Braudel sem inseri-lo no diálogo constante com o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1908-2009).

O mundo é outro após a Segunda Guerra Mundial, a História,⁹² os *Annales* e sua própria relação com as ciências vizinhas também serão. Em 1946, Lucien Febvre, que permanece na direção da revista, resolve adotar um novo título para a publicação: *Annales: économies, sociétés, civilisations*.⁹³ Pode nos causar certa estranheza que o mesmo sujeito que outrora renegava os epítetos de “econômica e social”, afirmando só haver a História

92 É o que diz Braudel em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1/12/1950: “Aliás, por que a frágil arte de escrever história escaparia à crise geral de nossa época? Abandonamos um mundo sem sempre termos tido tempo de conhecer ou mesmo de apreciar seus benefícios, seus erros, suas certezas e seus sonhos – diremos o mundo do primeiro século XX? Nós o deixamos, ou antes, ele se subtrai inexoravelmente diante de nós. [...]. As grandes catástrofes não são forçosamente as produtoras, mas são seguramente as anunciadoras infalíveis das revoluções reais, e constituem sempre uma intimação a ter que pensar ou melhor repensar o universo.” (BRAUDEL, 2009. p.18).

93 Atualmente, desde 1994, passou-se a chamar apenas: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, reincorporando “História”, ao título.

simplesmente, mantenha os antigos epítetos e retire justamente “História” do título da revista. Febvre não chega a tocar neste ponto, especificamente, mas justifica a troca de nome do periódico, que agora tornava-se ainda mais abrangente: “*Os Annales modificam-se porque a sua volta tudo se modifica: os homens, as coisas, numa palavra o mundo. Extingui-se o mundo de ontem . Extinguiu-se para todos [...]. Todos à água, e nadem com firmeza [...]. Expliquemos o mundo ao mundo*”.⁹⁴

Mais do que compreender o passado, os homens de então preocupavam-se em explicar o presente e de alguma forma saber o que esperar do futuro. O mundo do pós-guerra sentia-se traído pela história, pela velha noção racional de progresso. Se por um lado isto desestabiliza num primeiro momento a disciplina histórica como um todo, ele vai certamente representar o fim derradeiro de boa parte da historiografia tradicional, narrativa e filosófica (teleológica) privilegiando uma História analítica e abrangente, que atendesse as questões mais urgentes do tempo presente. É em meio a esta conjuntura que tem início a chamada “era Braudel” e o apogeu dos *Annales*, que se encaminhava para assumir na Europa o lugar de influência antes ocupado pela escola histórica alemã. E que na realidade veio a expandir-se por praticamente todo o ocidente, sobretudo a América Latina, que nas décadas de 60-70, recém dava os primeiros passos para romper com aquela velha história política – que no caso latino-americano convém chamar-se por vezes de positivista.⁹⁵

Por maior que fosse a expansão dos *Annales*, a História, que durante a primeira geração havia se tornado uma das grandes disciplinas dentro das ciências sociais, começava a perder sua hegemonia no campo acadêmico. A Sociologia ganhava cada vez mais espaço, e mais propriamente a Antropologia e Etnologia viveram um momento de enorme expansão. Em um mundo em que as fronteiras geográficas – e morais – haviam sido completamente rompidas, não havia mais sentido em se estudar *a Nação, os franceses*, etc. A questão que surgia era compreender “o outro”, que ia desde o potencial inimigo (e vizinho) europeu, até as sociedades que até então eram colocados a margem da história. Afinal de contas, uma Europa que se julgava tão à frente dos demais povos, com as hecatombes da primeira metade do século, teria de rever alguns conceitos e revistar os seus “selvagens”.

Eis que surge o pensamento estruturalista de Lévi-Strauss e sua crítica a História. Ele lança em 1958 uma coletânea de artigos chamada *Antropologia Estrutural*, logo na introdução de seu livro traz um artigo (publicado originalmente há quase dez anos)

94 Cf. *Face ao vento, manifesto dos novos Annales*. In: FEBVRE, 1989. pp. 42-50.

95 Ver AGUIRRE ROJAS, 2007. pp. IX-XIII.

intitulado *História e etnologia*⁹⁶. Na época, o artigo – que ainda mantinha um tom mais ameno – tornou-se polêmico no universo das ciências humanas. Nele, o autor discerne a respeito da importância de uma Etnologia que preserve uma visão também diacrônica – histórica – dos fatos e das sociedades que estuda, criticando inclusive o “*agnosticismo histórico*” (p.20) de seus antecessores.

Ocorre que, ao aproximar a Etnologia da História, ele acaba por deflagrar alguns riscos que esta apresenta e que antes só eram atribuídas a aquela, comparando a alteridade e distanciamento do etnólogo e seu objeto de pesquisa – situado em outra parte do mundo –, com o objeto do historiador, situado em tempos já transcorridos. Mas o que teria realmente incomodado os historiadores foi a seguinte passagem:

Portanto, é nas relações entre história e etnologia no sentido estrito que reside o debate. Propomos-nos a mostrar que a diferença fundamental entre elas não é nem objeto, nem objetivo, nem de método e que, tendo o mesmo objeto que é a vida social, o mesmo objetivo, que é a melhor compreensão do homem, e um método em que varia apenas a dosagem dos procedimentos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares. A história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, e a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social. (LÉVI-STRAUSS. 2008. p. 32)

Esta afirmação poderia ser interpretada como restringindo o historiador a ficar no empírico,⁹⁷ o que teria enfurecido os herdeiros de Clío. Não creio que esta tenha sido a real intenção de Lévi-Strauss – naquele momento – mas vale lembrarmos que esta mesma “sugestão” já havia sido proposta por Simiand e outros sociólogos, onde caberia aos historiadores, meramente, a captação empírica dos fatos deixando a interpretação para eles.⁹⁸ O fato é que quando esta sugestão se deu, a mais de meio século atrás, a História então criticada era aquela de Langlois, Seignobos e de seu manual e não a História de uma geração pós Berr, Febvre e Bloch. Além do mais, ela parecia insinuar ainda que a Etnologia – seguindo a nova pauta da análise estruturalista e ligada ao estudo das condições mais íntimas e recorrentes da condição humana – é que deveria estar no centro das demais ciências sociais; nada que Febvre já não tivesse proposto para a História, no caso e que Braudel não retome posteriormente.

Isto tudo acarretará em uma réplica de Braudel, seu famoso artigo (também de 1958): *História e ciências sociais: a longa duração*⁹⁹. Neste artigo o autor não chega a personificar diretamente seu ataque a Lévi-Strauss – ele o havia conhecido durante sua

96 LÉVI-STRAUSS, 2008. Não confundir com seu artigo homônimo – *histoire et ethnologie* – publicado em 1983 por conta do V Ciclo de Conferências em homenagem a Marc Bloch. (In: *Annales E. S. C.*, vol. 38, nº 6. 1983. pp. 1217-1231).

97 DOSSE, 2003. p. 160; Krzysztof Pomian. In: LE GOFF, 2005, p. 130.

98 DOSSE, 2003. p. 45.

99 In: BRAUDEL, 2009. pp. 41-78.

estadia no Brasil (1935-37) e apesar das diferenças, nutriam uma certa admiração mútua. Tal qual Henri Berr havia feito no início do século, Braudel alega haver uma “crise” no conhecimento histórico, mas que desta vez se estende para todas as demais ciências sociais:

Há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos, ainda que seja apenas devido à acumulação dos novos conhecimentos e da necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente falta ainda erigir [...]. Mas ainda, sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua “totalidade”; cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa. (BRAUDEL, 2009. pp. 41-42)

A real importância deste artigo é que Braudel não irá apenas apontar os percalços da tão sonhada interdisciplinaridade de seus antecessores, mas sim defender a História e a perspectiva da *longa duração* como as únicas capazes de compreender as estruturas sociais na sua totalidade.¹⁰⁰ Mais tarde, em 1969, este artigo será um dos “carros chefes” da sua compilação *Escritos sobre a história*¹⁰¹, um verdadeiro manifesto a visão global e a longa duração.

Todo este *detour* foi necessário para contextualizarmos um dos grandes embates das ciências humanas na segunda metade do século XX, o surgimento do estruturalismo; que é de fundamental importância para compreendermos a concepção de história total/global de Fernand Braudel. Não caberá aqui divagar sobre o assunto, todavia vale mencionar que apesar da noção de *estrutura* já fazer parte do vocabulário das humanidades – Marx, Durkheim, Bloch, etc – o estruturalismo, enquanto corrente de pensamento, é fruto direto da lingüística de Ferdinand de Saussure (1857-1913), desenvolvendo-se então, posteriormente, com Lévi-Strauss entre outros.¹⁰² Há inclusive autores como Christopher Lloyd que procuram diferenciar dois tipos de “estruturalismos francófonos”: a *formalização lógico-matemática* da versão lingüística e naturalista de Lévi-Strauss e a *história estrutural* de Bloch, Braudel e outros annalistas, que tomam a estrutura “*como um amplo conjunto de relações geográficas, econômicas e sociais e padrões de comportamento que articulam multidões de pessoas de maneiras definidas e determinam os eventos da história observável*” ou seja, a própria definição de uma história total.¹⁰³

Braudel se apresenta portanto, como um dos maiores expoentes deste pensamento no âmbito da História. Apesar de “herdeiro legítimo” da primeira geração, da conceituação

100 “O entendimento útil deveria fazer-se (digo-o e repito-o insistindo) sobre a longa duração, essa entrada essencial da história, não a única, mas que coloca por si só todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas. é a única linguagem que liga a história ao presente, convertendo-a em um todo indissolúvel.” (BRAUDEL, 2009. p.8).

101 BRAUDEL, 2009.

102 Krzysztof Pomian. In: LE GOFF, 2005. p. 129.

103 LLOYD, 1996. p. 100.

comum de História, dos fundadores – “ciência dos homens” –, Braudel conservara apenas o “ciência” em sua própria definição.¹⁰⁴ Não que os homens deixem de ser seu objeto de estudo mas o são através do estudo das estruturas sociais, estas sim verdadeiros objetos da História. Braudel torna-se efetivamente uma espécie de estruturalista, como ele mesmo aponta:

Por temperamento, sou «estruturalista», pouco solicitado pelo acontecimento, e apenas em parte pela conjuntura, esse agrupamento se acontecimentos com o mesmo sinal. Mas o «estruturalismo» de um historiador nada tem a ver com a problemática que atormenta, sob o mesmo nome, as outras ciências do homem. Não o dirige para a abstração matemática das relações que se exprimem em funções. Mas para as próprias fontes da vida, naquilo que ela tem de mais concreto, de mais cotidiano, de mais indestrutível, de mais anominamente humano. (BRAUDEL, 1983. Tomo II, p. 625)

Braudel acredita que dizer “homens”, somente, é associar o objeto da História à descontinuidade dos indivíduos e a efemeridade “pueril” dos eventos e do tempo curto; em face à permanência e força das estruturas de longa duração. Ele rejeita as premissas de que a História deve estudar as mudanças e o particular, enquanto caberia a Sociologia o estudo das permanências e do recorrente; tanto quanto separação lévi-straussiana entre o estudo do consciente e inconsciente das sociedades humanas.¹⁰⁵ Ou seja, para o historiador, o homem permanece enquanto sujeito consciente da história, mas destaca Braudel (em sua lição inaugural no *Collège de France*, 1/12/1950) que mais do que os homens fazerem a história: “[...] a história também faz os homens e talha o seu destino – a história anônima, profunda e amiúde silenciosa, cujo incerto mas imenso domínio, é preciso abordar agora”.¹⁰⁶

Voltado para o estudo das *estruturas*, Braudel procura diferenciar a leitura que os historiadores fazem acerca deste conceito, em contrapartida aos demais cientistas sociais:

Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história,

104 “Entendo por história, uma pesquisa cientificamente conduzida, digamos a rigor uma ciência, mas complexa: não há uma história, um ofício de historiador, mas ofícios, histórias, uma soma de curiosidade, de pontos de vista, de possibilidades, soma à qual amanhã outras curiosidades, outros pontos de vista, outras possibilidades se acrescentarão ainda.” (BRAUDEL, op. cit. , pp. 91-92).

105 “Nesse sentido, a célebre fórmula de Marx, ‘os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem’, justifica, em seu primeiro termo a história e, no segundo, a etnologia. Mostra, ao mesmo tempo, que os dois procedimentos são indissociáveis” (LÉVI-STRAUSS, 2008. p. 38). Ver ainda, a resposta de Fernand Braudel, In: BRAUDEL, 2009. p. 60.

106 Idem, p. 23. Já para o final da vida, Braudel reforça esta opinião, ainda de forma mais enfática: “A história sofrida invade nosso mundo; temos apenas a cabeça fora d’água, e ainda (...). A parte da liberdade humana é muito fraca; essa é a constatação da minha longa vida de historiador” (Fernand Braudel, apud DOSSE, 2003. p. 154).

incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfacular. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração. (BRAUDEL, 2009. p.50)

O autor compartilha da tese de que estas estruturas são portanto sustentáculos e obstáculos na história, já que mantêm por longas durações, os mesmos limites geográficos, fenômenos sazonais, sistemas socioeconômicos, políticos, culturais, etc. Este segue a mesma citação afirmando que “*o exemplo mais acessível, parece ainda o da coerção geográfica [...]*”, não é a toa que, em 1949, ao publicar sua célebre tese *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*¹⁰⁷ (concluída durante a guerra, no campo de prisioneiros de Lübeck) o grande protagonista, tomado como sujeito de sua obra será o Mediterrâneo – enquanto cenário das estruturas – e não Felipe II.

Na conclusão da segunda edição desta obra (1967), Braudel destaca que seu objetivo original havia sido desde sempre o traçado de uma história global preocupada sobretudo com a questão estrutural da relação entre as temporalidades e as regularidades históricas, temas que ainda desenvolveremos, porém cito-o agora:

É, além disso, uma espécie de ensaio de história global, escrito segundo três registros sucessivos, ou três «patamares», gostaria mais de dizer três temporalidades diferentes, sendo o objetivo compreender, nas suas maiores diferenças, todos os diversos tempos do passado, sugerir a sua coexistência, as suas interferências. as contradições, a múltipla espessura. [...]. Procurei portanto, segundo quadros e a trama de uma observação geográfica, localizações, permanências, imobilidades, repetições, «regularidades» da história mediterrânica, e não todas as estruturas ou regularidades monótonas da vida antiga dos homens, mas as mais importantes e que respeitam a existência de todos os dias. (Braudel, 1983. pp. 619-620)

Além das estruturas outro termo que se torna muito recorrente na obra de Braudel são as *conjunturas*, ele as considera a rede de múltiplas relações ocorridas sincronicamente, em um mesmo “patamar temporal”, logo, elas também são sistemas articulados das atividades humanas, mas ao contrário das estruturas que transcorrem na longa duração, as conjunturas pertencem ao tempo médio. São recorrências essencialmente mais flutuantes e passíveis de serem rompidas ou superadas, um bom exemplo são os ciclos econômicos.¹⁰⁸ No entanto, fiquemos nas estruturas, pois estas é que expressam a verdadeira totalidade para o autor.

* * *

107 BRAUDEL, 1983.

108 Ver BRAUDEL, 1983. p.29.

Como podemos observar, a ênfase de Fernand Braudel não está tanto em combater a velha história historicizante, que encontrava-se em total descrédito, mas em ocupar com vigor e protagonismo o papel dos novos *Annales* dentro do universo estruturalista da academia francesa. É mister compreendermos que neste momento, o grupo dos *Annales* – que o próprio Braudel negava-se a reconhecer como *escola* –¹⁰⁹ não se tratava mais de pesquisadores marginais vindos do interior e sim o próprio centro de produção da historiografia francesa. Braudel sucedeu Febvre também na diretoria da VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, criada por este em 1947, com auxílio financeiro da Fundação Rockefeller. Braudel cria em 1963 a *Maison des Sciences de l’Homme*, que integrada a VI Seção, acabam por tornar-se, em 1975, a tão aclamada *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). O poder institucional de Braudel só veio a fortalecer e expandir suas convicções por todo o universo das ciências sociais.

Obviamente Braudel reconhecia-se como um continuador imediato da obra dos fundadores, sobretudo de Lucien Febvre, com quem manteve uma relação quase paternal. Não obstante, podemos considerá-lo como um co-fundador do movimento.¹¹⁰ Ele afirma inúmeras vezes sua dívida com estes historiadores, mas ainda, com a geografia vidalina e a análise econômica de Labrousse, Pirenne entre outros. Reconhece a contribuição da Sociologia emprestando alguns conceitos de Mauss e de Gurvitch (com quem ora mantém relação amistosa, ora tece severas críticas). Admirou-me – negativamente – entretanto, ver o papel secundário que Braudel atribui a Marc Bloch, chegando a afirmar que este havia se desenvolvido sob a sombra dos espaços antes ocupados por Febvre, como a história rural e econômica.¹¹¹

O estranhamento aqui é causado pelo fato de que embora Braudel não tenha chegado a conviver com Bloch, é este quem primeiramente vai trabalhar com o conceito de *longa duração* – como observamos no capítulo anterior –, com a proposta de uma *história comparada*, uma história estrutural seguindo os moldes de Durkheim e tão bem representada em *A Sociedade Feudal*, etc; para não falarmos do próprio desenvolvimento da

109 “[...] os *Annales*, apesar de sua vivacidade, nunca constituíram uma escola, no sentido estrito, isto é, um sistema de pensamento fechado sobre si mesmo. Ao contrário. A senha de entrada é a paixão pela história, nada mais – porém é muito –, e, confundindo-se com essa paixão, igualmente a pesquisa de todas as suas novas possibilidades, a própria aceitação de uma mudança da problemática segundo as necessidades e as lógicas do momento. Porque passado e presente mesclam-se inextricavelmente. Sobre esse ponto, todos os diretores sucessivos dos *Annales* estão de acordo.” (BRAUDEL, 1992. p.30).

110 REIS, 1994. p. 58.

111 Cf. BRAUDEL, 1992, p.30.

história econômica. Em praticamente nenhum momento, Braudel atribui qualquer vinculação mais direta de seus trabalhos à obra de Bloch, um silêncio no mínimo intrigante. Em todo caso, encerro esta discussão, até porque inegavelmente podemos enxergar a influência de Bloch e até mesmo de Durkheim e do próprio Marx, embora Braudel não costume mencioná-las.¹¹² Vejamos com estas linhas, declaradas (ou não), influenciam a proposta de história total/global do autor.

* * *

O exercício globalizante sugerido por Braudel será em boa parte: por em prática as propostas sugeridas pela primeira geração, sobretudo a constituição de estudos realmente interdisciplinares, tão almejadas por Febvre. Entretanto, Braudel não deixa de censurar aquilo que julgou “imperialismo” por parte dos fundadores e alguns de seus contemporâneos, ao quererem impor suas disciplinas perante as demais.¹¹³ De qualquer forma, a primeira dimensão da história total de Braudel é aquela que considera que “tudo é história”, assim a totalidade deve ser apreendida numa pesquisa articulada – e não meramente sobreposta – das diversas atividades humanas ocorridas em um mesmo contexto, num trabalho conjunto de diversos pesquisadores. Segundo Aguirre Rojas, o que diferencia sua proposta interdisciplinar das anteriores é que para ele, em seu empreendimento de uma história total/global, não se trata de buscar a unidade das ciências sociais mas sim partir dela.¹¹⁴ O diretor dos *Annales* afirma que “*não há salvação fora dos métodos do trabalho por equipes*”¹¹⁵ e que esta visão global deve-se primeiramente ao envolvimento de várias disciplinas:

Esta abertura revolucionária, que no mais das vezes é um questionamento brutal, é consequência, em primeiro lugar, da intrusão dentro do domínio mal vigiado da história, das diversas ciências do homem: geografia, economia política, demografia, politologia ou ciência política, antropologia, etnologia, sociologia social, estudo das culturas, sociologia... A história produziu para si própria uma multiplicidade de luzes; aceitou um cortejo de interrogações novas. A dificuldade estando no fato (do qual nem sempre os historiadores se

112 Ver AGUIRRE ROJAS, 2003. p. 30.; G. Noirel, apud REIS, 2006, 82; M. Vovelle, In: LE GOFF, 2005. p. 85; REIS, 1994, p. 59.

113 “[...] Com eles [primeira geração], a história apoderou-se, bem ou mal, mas de maneira decidida, de todas as ciências do humano; ela quis ser como seus chefes de grupo, uma impossível ciência global do homem. Fazendo-o, ela se abandonou a um imperialismo juvenil, mas na mesma qualidade e da mesma maneira que quase todas as ciências humanas de então, na verdade pequenas nações que, cada um por sua conta, sonhavam tudo absorver, tudo sacudir, tudo dominar.” (BRAUDEL, 2009. p. 97).

114 AGUIRRE ROJAS, 2007. p. 131.

115 BRAUDEL, 2009. p. 26.

apercebem) de que nenhuma dessas iluminações deveria ser deixada de lado. (BRAUDEL, 1989. p.18)

Ao final de *O Mediterrâneo...* (segunda edição) podemos ler ainda: “*A história, segundo os meus desejos, deveria cantar-se, ouvir-se a várias vozes, com o inconveniente evidente de que as vozes se sobrepõem demasiadas vezes umas às outras. Nem sempre há uma que se imponha em solo e atire para longe os acompanhamentos.*”¹¹⁶ Desta forma Braudel conserva a crença em um problema comum que agregue as mais diversas áreas do conhecimento, mas esta não é ainda a sua proposta de história global mas somente sua primeira parte. Como vimos, este é o ponto de partida de sua perspectiva globalizante, para além deste caráter multifocal e interdisciplinar das ciências humanas (que em realidade formaliza-se na França, desde a *Revue de synthèse*) vamos ter em Braudel o desenvolvimento de outras duas “dimensões” – chamemos assim – da proposta totalizante, vejamos quais são.

A segunda dimensão que compreende a totalidade braudeliana, seria a temporal, que procurei chamar de “estrutural-diacrônica”, em contra partida ao que poderíamos definir como “conjuntural-sincrônica” para a primeira, já que a “história de tudo” na realidade procura levar em conta os fatos concomitantes. Isto porque dentro de sua perspectiva estruturalista que valoriza sobretudo as “prisões de longa duração”, Braudel apresenta uma totalidade que não é só uma soma articulada das diversas atividades do homem, mas o próprio desenrolar das estruturas num tempo “quase imóvel” em que transcorre a longa duração. Ele amadurece as idéias que Bloch já havia sugerido, de tempos diferentes dentro da história e estruturas quase permanentes, que acompanham gerações de homens – uma após a outra.

Braudel se refere a esta dimensão estrutural do tempo longo, como “o tempo do mundo”, que não é o mesmo que o tempo breve dos homens, que por sua vez não será o mesmo do tempo médio das conjunturas econômicas. Todavia, assevera que este tempo, não é ele próprio a totalidade em si, mas sim o entrecruzamento das durações, e que:

O tempo do mundo referir-se-ia portanto a uma espécie de superestrutura da história global: seria uma espécie de consumação, como que criada e suscitada pelas forças que se exercem abaixo dela, embora seu peso repercuta, por sua vez, na base. Conforme os lugares e as épocas, dessa dupla ação de baixo para cima e de cima para baixo foi mais ou menos importante. (BRAUDEL, 1995. Tomo III, p. 8)

Portanto, a totalidade temporal não consiste propriamente na longa duração (o tempo do mundo) e sim da relação dialética entre as durações, que na realidade são mais do que as três que o autor divide, como ele mesmo aventa: “[...] a dificuldade reside no fato de não

116 BRAUDEL, 1983. t. II, p. 619.

*existirem duas ou três temporalidades, mas sim dezenas, cada uma implicando uma história particular”, e que “Só a sua soma, apreendida no feixe das ciências do homem, constitui a história global cuja imagem continua a ser tão difícil de reconstituir plenamente.”*¹¹⁷

Não chegaremos a problematizar esta questão das três temporalidades de Fernand Braudel pois seria necessário um ou mais trabalhos, somente sobre o assunto. De qualquer forma é importante tentarmos compreender a noção braudeliana de longa duração, já que para o autor não é possível fazer uma história global sem levar em conta esta dimensão do tempo longo; aliás não existiria nenhum tipo de História, já que seu objetivo seria justamente compreender as estruturas inseridas neste “plasma” (para utilizarmos uma expressão de Marc Bloch). Embora Braudel já trabalhasse com esta perspectiva tripartida do tempo desde a primeira edição de *O Mediterrâneo...* (1949)¹¹⁸, ele só irá elaborar melhor estes conceitos e destacar a importância da longa duração para a apreensão da totalidade, no seu já comentado artigo de 1958. Cito-o:

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem embaraçante, complicado, amiúde inédito. Admiti-lo no coração de nosso mister não será um simples jogo, a habitual ampliação de estudos e curiosidades. Não se tratará, tampouco, de uma escolha cujo único beneficiário será ele. Para o historiador, ocultá-lo é prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma alteração de pensamento, a uma nova concepção do social. [...]. Em todo caso, é em relação a essas extensões de história lenta que a totalidade da história pode se repensar, como a partir de uma infraestrutura. Todas as faixas, todos os milhares de faixas, todos os milhares de estouros do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela. (BRAUDEL, 2009. p.53)

É por esta indissolubilidade da articulação dos tempos que Braudel vai julgar a análise histórica (diacrônica) a mais passível de se aproximar da totalidade. Embora conceda alguns créditos a proposta de “tempos sociais múltiplos” do sociólogo Georges Gurvitch (1894-1965), como o fato de perceber a existência de tempos diversos, afirma que o *tempo social* dos sociólogos se difere do *tempo estrutural* dos historiadores: “Este desacordo é mais profundo do que parece: o tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; se não me engano, repugna à estrutura profunda de nosso mister.” Reitera que o *tempo uniforme dos historiadores* – que seria o mesmo dos economistas – é a única medida que registra os movimentos e as rupturas ocorridas em uma estrutura, sendo “a medida geral de todos esses fenômenos”, enquanto o *tempo social multiforme*, “a medida particular de cada um deles”.¹¹⁹

117 BRAUDEL, 1983. t. II, p. 620.

118 Cf. BRAUDEL, 1983. t. I, p. 25.

119 BRAUDEL, 2009. p. 110.

Partindo novamente desta discussão, em 1960, no artigo *História e sociologia*¹²⁰, Braudel retoma sua crítica de dois anos atrás na falta de uma perspectiva de longa duração de seus colegas sociólogos. Se o “artigo de 58” havia sido um direito de resposta á Lévi-Strauss, este será uma verdadeira provocação. O diretor dos *Annales* resolve “dar nome aos bois” e dirigir um contraponto direto a Gurvitch, Lévi-Strauss e a Sociologia como um todo. O fato de ter sido publicado originalmente como o quarto capítulo de um tratado de Sociologia, organizado pelo próprio Gurvitch, tornou o ataque ainda mais “certo”. Embora afirme que “*sociologia e história são uma só aventura do espírito, não o avesso e o direito de um estofo, mas o próprio estofo, em toda a espessura de seus fios*”, e que ambas são “*as únicas ciências globais, suscetíveis de estender sua curiosidade não importa o aspecto do social*” (pp. 98-99), retomando constantemente as semelhanças que une ambas disciplinas, sua crítica central consiste na diferença que as separa: a apreensão da dimensão temporal da totalidade. Por isso o autor que nunca admitiu a segregação da História ao estudo da mudança e do consciente, argumenta:

Tudo é história, diz-se para depois sorrir disso. Claude Lévi-Strauss escrevia ainda ultimamente: “Porque tudo é história, o que foi dito ontem é história, o que foi dito há um minuto é história”. Acrescentarei o que foi dito, ou pensado, ou agido, ou somente vivido. Mas se a história, onipresente, põe em jogo o social em sua totalidade, é sempre a partir desse mesmo movimento do tempo que, sem cessar, arrasta a vida, mas a subtrai a si mesma, apaga e reacende suas chamas. A história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é estudo do social, de todo o social, e portanto do passado, e portanto também do presente, um e outro inseparáveis. [...]. Compreender-se-á que o autor deste capítulo, herdeiro dos Annales de Marc Bloch e de Lucien Febvre, sinte-se uma posição bastante particular para reencontrar “de sabre na mão”, o sociólogo que o censuraria ou de não pensar como ele, ou de pensar demasiado como ele. A história me parece como uma dimensão da ciência social, faz corpo com esta. O tempo, a duração, a história se impõe de fato, ou deveriam se impor a todas as ciências do homem. Suas tendências não são de oposição, mas de convergência. (BRAUDEL, 2009. p. 98)

Braudel acusa os sociólogos de tentarem “fugir” deste tempo histórico; alguns como Gurvitch, voltado para análises mais micro-sociológicas da descontinuidade do atual, outros como Lévi-Strauss optando por modelos de estruturas, que visavam o inconsciente a uma redução quase que lingüística ou matemática – atemporais. Entende que os modelos, são provavelmente a única maneira de se compreender e representar as estruturas na sua totalidade, mas estes de nada valem ao menos que “*naveguem nas águas da longa duração*” (p. 107)! Diz ainda, que os sociólogos segregam cada tempo de uma realidade social em escalas particulares “*como conchas*”, e que neste caso a longa duração se encontra apenas como mais um destes: “*O tempo do mundo, o tempo histórico aí se encontra como o vento*

120 In: idem, pp. 41-78.

em *Éolo, encerrado numa pele de bode*” (p. 111).¹²¹ E portanto, não é a História que estes rejeitam, mas o tempo histórico.

Como não há totalidade sem sua dimensão temporal, Braudel acredita que, ao recusarem o tempo histórico os sociólogos estariam recusando o próprio exercício de um sistema explicativo totalizante, optando pelo que hoje convencionou-se a chamar de “teorias de médio (ou de curto) alcance”. Ou ainda, o que é pior: pela criação de modelos calcificantes que praticamente postulam leis gerais de uma “natureza humana” inconsciente, de forma que a estrutura seja pensada fora do tempo e da articulação do todo. Estas premissas pareciam estar tomando conta de boa parte das ciências sociais, sobretudo com a expansão da antropologia estrutural, quanto a isto Braudel afirma: “*Mas o historiador fiel ao ensinamento de Lucien e de Marcel Mauss quererá sempre compreender o conjunto, a totalidade do social. Ei-lo levado a aproximar andares, durações, tempos diversos, estruturas, conjunturas, eventos*” (p.107) .

Por mais que não chegue a mencionar claramente (com estas palavras), Braudel nos leva a pensar que apesar de definir a Sociologia como uma ciência global ou que ao menos tencione a este epíteto,¹²² a única ciência realmente total/global é a História, pois é a única atualmente instrumentalizada – graças, sobretudo, ao incorporamento de métodos da economia e demografia, etc – para capturar a totalidade na sua dimensão temporal (estrutural-diacrônica). Paradoxalmente, é da idéia de *sociologia global* de Georges Gurvitch, que Braudel empresta o termo *global*¹²³ – assim como tantos outros –, mas afirma que no “vasto edifício social” do sociólogo, o último andaime a ser colocado é o do tempo, tomado não como estruturante, mas uma referência externa, de tempos múltiplos e sobrepostos e não entrecruzados, o que torna sua arquitetura muito comprometida (p. 111). Quanto a Lévi-Strauss, a discussão não acaba por aqui e ainda veremos seu desenrolar.

Devo deixar claro que Braudel não desconsidera a importância dos outros tempos sociais, conjunturais, tampouco das especificidades reveladas pelos cortes sincrônicos dos sociólogos, para uma compreensão real do conjunto, que não é no entanto uma formulação

121 Presumo que na realidade Braudel esteja se remetendo a passagem da Odisséia, em que o deus dos ventos Éolo, aprisiona os ventos adversos em um saco de couro deixando soprar a penas a brisa suave de Zéfiro, que guiaria a embarcação de Odisseu, com segurança até Ítaca... Metaforicamente, assim tem feito alguns sociólogos que consideram apenas o tempo que convém para conduzir seus modelos explicativos. Como se sabe o episódio da Odisseia não termina bem, pois os outros ventos acabam sendo libertados causando enorme estrago.

122 Entendo aqui por sociologia, com bastante frequência, quase sempre, essa ciência global que Émile Durkheim e François Simiand queriam fazer dela, no início deste século – essa ciência que ela não é ainda, mas em direção à qual não cessará de tender, mesmo se não deve jamais atingi-la plenamente. (BRAUDEL, 2009. p.91).

123 Ver Burke, 1997. p. 130.

ideal e definitiva do mesmo: “*Esse conjunto reconstitui a seus olhos um equilíbrio global bastante precário e que não se pode manter sem constantes ajustamentos, choques ou deslizamentos*”. Mas ainda que reconheça esta contribuição da sociologia, observa que “*Nesse estádio da ‘totalidade’ – não ousa dizer da ‘totalização’ – no momento, em suma, de pronunciar a última palavra, o historiador voltaria assim às posições anti-sociológicas de seus mestres*” (p. 107).

Se os conflitos com a Sociologia (Etnologia) marcaram uma boa parte da segunda geração, o mesmo não acontecerá com outras áreas vizinhas com as quais as relações serão tão amigáveis que tratam de situar a terceira e última dimensão da totalidade braudeliana, a geo-econômica, que iremos tratar agora.

Geografia e Economia, estas provavelmente as maiores influências na obra braudeliana e os aspectos que melhor encarnam sua preferência pelo epíteto global, ao invés de total. Segundo Maurice Aymard: “*Na hierarquia dos termos utilizados, global/globalidade domina total/totalidade. ‘Todo’ remete à indiferença de ‘qualquer coisa’; ‘global’, à formação ou a visão por sua vez mais geral e mais exigente, ou mais ambiciosa, que abarca todo o real e o possível*”.¹²⁴ Todavia os demais comentadores como Burke, Aguirre Rojas, e o próprio Braudel não fazem qualquer distinção, até mesmo porque este último só utiliza praticamente “história global”, sendo que o termo “história total” é por ele remetido a Pierre Goubert.¹²⁵ Goubert a utiliza em sua reconhecida tese (1960) de história regional, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 a 1730*, que juntamente com os trabalhos de Pierre Chaunu e Braudel, irão integrar os estudos de demografia econômica na linha de Ernest Labrousse, que acabam sendo predominantes durante a produção historiográfica da segunda geração.¹²⁶

Este sentido geográfico (espacial) é um dos mais originais da visão global braudeliana, já se faz presente desde sua primeira edição de *O Mediterrâneo...*, antes mesmo da questão temporal. Neste caso o “global” realmente pretende romper as fronteiras políticas da história nacional e até mesmo o recorte pouco ambicioso das monografias regionais. Se recordarmos da tese de Lucien Febvre, que tratava da região do Franco-condato, durante a época de Felipe II, Braudel supera seu mestre ao trabalhar com a mesma época, levando em

124 AYMARD, 1995, p. 93

125 “*a história total é a única história verdadeira*”(Pierre Goubert apud BRAUDEL, 1989. p. 13). Ver também Burke, 1997. pp. 71-72.

126 Ver BURKE, 1997. pp. 68-72. Além disso, as contribuições futuras, na obra de historiadores da terceira geração que – embora não tratemos neste trabalho – cabe mencionarmos como grandes expoentes desta linha de uma história total (estrutural), partindo dos estudos demográficos e econômicos, são eles: Pierre Vilar e Emmanuel Le Roy Ladurie. Ver também LLOYD, pp. 138-148.

consideração todo o espaço que compreende o Mediterrâneo. E não nos esqueçamos do peso estrutural que Braudel lega a coerção geográfica:

O espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E, conforme escolhamos um ou outro destes conjuntos, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente. (BRAUDEL, 1995. Tomo I. p. 12)

Todavia a maior expressão desta globalidade, será encontrada no seu *Civilização material, economia e capitalismo*¹²⁷ (1979). Mantendo seu gosto por uma estrutura tripartite – assim como fizera em *O Mediterrâneo...* – Braudel divide a obra em três partes, a primeira tratando da história quase imóvel; a segunda de mudanças conjunturais, nos sistemas institucionais e mais lentos; e a terceira de mudanças mais rápidas, eventos e “tendências”. Desta vez, no entanto, já se apresenta em três tomos, que segundo ele complementam-se a si próprios sem comprometer a totalidade abordada em cada um deles. Se o cenário – e protagonista – de seu primeiro livro era “o mar interior”, agora será o Atlântico, os demais oceanos, e o mundo como um todo, entre os séculos XV e o XVIII.

Braudel propõe uma observação objetiva e concreta da totalidade histórica, na tensão entre as várias estruturas, tempos e sujeitos: “*Seja como for, a coexistência entre a cúpula e a base impõe ao historiador uma dialética esclarecedora*” e “*Como compreender as cidades sem os campos, a moeda sem a troca, a miséria múltipla sem o luxo múltiplo, o pão branco dos ricos sem o pão de farelo dos pobres...?*” (t.I, p.17). A via para esta compreensão é justamente seu esquema tripartido, numa análise mais empírica que privilegiasse os métodos de uma história comparada ao invés da teoria:

E foi assim que um esquema tripartido tornou-se o índice de referência de uma obra que eu deliberadamente concebera à margem da teoria, de todas as teorias, exclusivamente sob o signo da observação concreta e da história comparada. Comparada ao longo do tempo, de acordo com a linguagem, que nunca me desiludiu, da extensão temporal e da dialética presente-passado; comparado no mais vasto espaço possível, uma vez que o meu estudo, na medida do que estava ao meu alcance, foi extensivo ao mundo inteiro, “mundializado”. Seja como for, a observação concreta manteve-se no primeiro plano. [...]. Se fosse possível recortar ao vivo e isolar os três níveis (pois penso tratar-se de uma classificação útil), a história seria uma ciência objetiva, o que, com toda a evidência, não é. (BRAUDEL, 1995. Tomo I. p.13)

É então que entramos no segundo aspecto desta terceira dimensão da globalidade, que é o viés econômico de sua interpretação. Braudel pretende explicar justamente o sistema capitalista mas afirma que este “*O pior dos erros é afirmar que o capitalismo é ‘um sistema econômico’, sem mais, ao passo que ele vive da ordem social*” e que portanto é adversário ou cúmplice, das instituições políticas, da ordem social e da cultura de um povo e que

127 BRAUDEL, 1995.

“dessas diversas hierarquias sociais – as do dinheiro, as do Estado, as da cultura –, que entretanto se defrontam e se apóiam, qual delas desempenham o papel principal? pode-se responder como já respondemos: ora uma, ora outra” (t. III, pp. 578-579). Ao passo que justifica:

Gostaria de tratar em primeiro lugar das economias e, por um instante, de ver apenas a elas. A seguir, tentarei delimitar o lugar e a intervenção dos outros conjuntos. Começar pela economia não é apenas estar em conformidade com o programa desta obra; de todas as abordagens do espaço, a econômica, como veremos, é a mais fácil de situar e de maior amplitude. E ela não só dá o ritmo do tempo material do mundo: todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no seu funcionamento e são, por sua vez, influenciadas: é o mínimo que se pode dizer. (BRAUDEL, 1995. Tomo III, p. 12)

O autor pretende compreender o capitalismo em sua totalidade, enquanto um sistema-mundo. Segundo Braudel a estrutura capitalista parte muito mais da circulação das mercadorias dentro de um sistema de *economia-mundo* – conceito posteriormente desenvolvido por Immanuel Wallerstein mas cunhado pelo próprio Braudel –¹²⁸ do que na sua produção, contrariando Marx. Neste momento ganham grande destaque as “matemáticas sociais” que defendia Braudel, em seus *Escritos Sobre a História*, Aponta-se à importância da história quantitativa, serial e demográfica, enquanto apreensão de dados relevantes, sobretudo das recorrências, acerca da presença e das diversas atividades do homem ao longo do tempo, seja o tempo conjuntural dos ciclos econômicos ou a longa duração das estruturas.¹²⁹ Quanto às diversas críticas que recebe acerca de seu economicismo, se justifica:

A história econômica do mundo é, portanto, toda história do mundo, mas vista de um certo observatório, o da economia. Ora, escolher esse observatório e não outro é privilegiar de antemão uma forma de explicação unilateral (e também por isso mesmo, perigosa), da qual sei de antemão que não me libertarei inteiramente. Não se privilegia impunemente a série dos fatos chamados econômicos. Por mais que nos empenhemos em dominá-los, reordená-los e, sobretudo, superá-los, poderemos evitar um “economismo” insinuante e o problema do materialismo histórico? É o mesmo que atravessar areias movediças. (BRAUDEL, 1995. Tomo III, p. 9)

Braudel está ciente das dificuldades de uma abordagem mais holística de seu objeto, sobretudo nesta ampliação do quadro espaço-temporal que ganha esta última obra e por isso escreve: “Eis o que dá um primeiro sentido à minha empresa: quando não ver tudo, ao menos situar tudo e à escala necessária do mundo” (t. I, p. 512). E desconfia de qualquer proposta de uma síntese meramente simplificativa dado à complexidade das relações que

128 “A economia-mundo (expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa, que outrora forjei, à falta de melhor e sem grande lógica, para traduzir um emprego especial da palavra alemã *Weltwirtschaft*) envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”(BRAUDEL, 1995, t. III, p.12).

129 Cf. BRAUDEL, 1995. t.I, p. 19.

compõe o universo histórico.¹³⁰ Reconhece que: “[...] talvez seja outra pretensão querer apresentar um esquema válido da história do mundo a partir de dados muito incompletos e, no entanto, demasiado numerosos para se deixarem abarcar completamente” (t. III, p.7), mas ao contrário de Febvre e concordando com Bloch, acredita na especialização como possibilidade de abordagem histórica:

Numa história completa do mundo há, porém, razões para desencorajar os mais intrépidos e até os mais ingênuos. É um rio sem margens, sem começo nem fim. E a comparação ainda é inadequada: a história do mundo não é um rio, são rios. Felizmente, os historiadores estão habituados ao confronto com superabundâncias. Simplificam-nas dividindo a história em setores (história política, econômica, social, cultural). (BRAUDEL, 1995. Tomo III, p. 8)

Por estas dificuldades que braudel salienta a importância dos modelos explicativos,¹³¹ desde que estes não acabem se tornando modelos determinantes. Braudel em um de seus raros elogios a Marx, vai dizer que: “*O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração*” acrescentando que não há perigo maior do que o do marxismo atual e de toda ciência que postula um modelo no seu estado puro, “*presa o modelo, pelo modelo*”.¹³² Opõe-se também aos modelos universalizantes de Arnold Toynbee e Oswald Spengler, como o de “*ascensão e queda das civilizações*”, por exemplo – que não se aplicam a todas as realidades históricas.¹³³ Sua prática estruturalista e sua intenção globalizante necessitam da elaboração de modelos orgânicos que procurassem dar conta da totalidade, da permanência, mas também das rupturas transcorridas. Na conclusão de *Civilização Material...* ele ressalta: “[...] *um modelo, isto é, uma espécie de navio construído em terra e depois lançado ao mar. Ele flutua? Navega? Então a explicação que ele sustenta pode ser válida*” (t. III. p.575); novamente valendo-se da metáfora do modelo enquanto um navio que

130 “*O homem nunca se reduz a um personagem que se possa apreender numa simplificação aceitável. É o falso sonho de muita gente. Mal o agarramos no seu aspecto mais simples logo o homem se reafirma na sua complexidade habitual*”. (BRAUDEL, 1995. t. I, p. 514).

131 “*O modelo é assim, alternadamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do qual, gostaria de recolocá-lo imediatamente na realidade, depois fazê-lo remontar no tempo, se possível, até seu nascimento. Após o que, calcularia sua vida provável, até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais.*” (BRAUDEL, 2009. p.68).

132 Idem, pp. 75-76.

133 “*Lutei contra estas opiniões demasiado simples e as grandes explicações que elas implicam. Na verdade, dentro de qual destes esquemas se poderia facilmente inscrever o exemplo do destino mediterrânico? Sem dúvida não houve um modelo da decadência. Para cada caso particular, a partir das estruturas de base, o modelo tem de ser reconstruído.*” (BRAUDEL, 1983. t. II, p. 621). Ver também: idem, pp. 245-256.

deve navegar – nas águas da longa duração – somente enquanto puder sustentar-se até o destino que pretende chegar.

* * *

Pudemos observar portanto, que a história global de Braudel consiste na tomada de três dimensões – ao menos. Primeiramente a visão holística que procura abarcar o conjunto das atividades humanas, suas relações com o meio geográfico e as demais estruturas sociais. Herdada dos fundadores, esta perspectiva de que “tudo é história” concretiza-se, de certa forma, na intenção interdisciplinar de se agregar os métodos das ciências vizinhas e do trabalho conjunto. A diferença da concepção braudeliana é que mesmo uma visão plural articulada não garante por si só uma apreensão da totalidade, sendo somente seu ponto de partida.

A segunda dimensão é a temporal, que busca perceber a totalidade, na dialética entre continuidade e ruptura dos processos históricos. A arbitrariedade da periodização da história, também já havia sido denunciada pela primeira geração e esta dimensão estrutural-diacrônica já era insinuada por Bloch, como a longa duração das estruturas econômicas, mentais, etc, em oposição ao tempo curto dos eventos. Todavia foi Braudel quem vai legar, não somente a longa duração, mas ao entrecruzamento destes diversos tempos, o caráter fundamental do fazer historiográfico que almeje se aproximar de um sistema explicativo globalizante.

A terceira e última, que procurei chamar de geo-econômica, é a que permitiu, através de modelos e da história comparada, uma explicação sistêmica do capitalismo, por exemplo, em um nível mundial. Do capitalismo porque este é um dos raros fenômenos históricos que de alguma forma (as vezes com maior, as vezes com menos intensidade) expandiu-se em proporções globais, mas mesmo outros fenômenos de proporção menor devem ser tomados em nas extensões reais que ocupam, que geralmente excedem as fronteiras convencionais do espaço politicamente determinado: “*Ora, estou persuadido de que a história tem todas as vantagens em raciocinar por comparações, em escala do mundo – a única com validade*”¹³⁴.

Voltando para de onde partimos, a tréplica de Claude Lévi-Strauss – o capítulo final de *O Pensamento Selvagem* (1961) – *História e dialética*¹³⁵ é que veremos o tom da animosidade entre o antropólogo estruturalista e seu interlocutor, Fernand Braudel. A

134 BRAUDEL, 1995. t. III, p. 9.

135 LÉVI-STRAUSS, 1989.

maioria dos comentadores cita os artigos de 1958 mas esquecem que o conflito não parou por ali e é neste último que Lévi-Strauss, vai abandonar qualquer nível de cordialidade que havia mantido até então. Estranhamente não vai atacar nominalmente Braudel, preferindo formalizar seu duelo contra a oposição sartriana entre *razão analítica* e *razão dialética*. De qualquer maneira, isto soa mais como um tipo de pretexto pois seu verdadeiro alvo é a própria disciplina histórica – na sua pretensão mais “nobre” – a apreensão da totalidade, tal como Braudel havia formulado.

O revide de Lévi-Strauss não irá se pautar em hostilidades de opinião de um antropólogo/etnólogo a respeito do estatuto do conhecimento histórico, ele irá realmente chegar ao “calcanhar de Aquiles” das argumentações de Braudel. A disputa em si, nunca havia sido para provar qual a ciência mais próxima de atingir os objetivos de uma proposta totalizante mas sim decidir no misto universo das ciências sociais que objeto caberia a cada uma das disciplinas. Se num primeiro momento História e Sociologia haviam sido aliadas no combate de um inimigo comum – a história *événementielle* – ao termino da batalha, o problema – como sempre – era dividir o “botim de guerra”.

Num momento de ascensão do pensamento estrutural/estruturalista o objeto mais cobiçado era o estudo justamente da “história inconsciente”, das permanências, e não da “história pueril” e superficial dos fatos (como se referia Braudel). Desta forma, Lévi-Strauss desdenha a originalidade da busca de uma ciência global: “*Pode ser que para alguns historiadores, sociólogos e psicólogos, a exigência de totalização seja uma grande novidade. Para os etnólogos, ela é corriqueira, desde que Malinowski a ensinou a eles*” (p. 278).

E quanto ao suposta vantagem da História por estar instrumentalizada para perceber a diacronia, afirma que: “*O etnólogo respeita a história, mas não lhe dá um valor privilegiado. Ele a concebe como uma pesquisa complementar à sua: uma abre o leque das sociedades humanas no tempo, a outra no espaço*” (p. 292). Para Lévi-Strauss, a indissociabilidade entre uma visão globalizante e a apreensão do tempo longo não é verdadeira, já que “*O pensamento selvagem é totalizante*” (p. 273) e ao mesmo tempo intemporal.¹³⁶ E mesmo que fosse, “*a suposta continuidade histórica só é assegurada por meio de traçados fraudulentos*” (p. 289).

Lévi-Strauss afirma que a continuidade da cronologia histórica, nada mais é do que um código arbitrário utilizado para dispor numa mesma explicação, fatos e datas que só

136 “*O próprio pensamento selvagem é ser intemporal; ele quer captar o mundo, ao mesmo tempo, como totalidade sincrônica e diacrônica, e o conhecimento que tira parece-se com o que oferecem, de um quarto, espelhos fixos em paredes opostas e que se refletem um no outro (assim como os objetivos colocados no espaço que os separa), mas sem serem, rigorosamente paralelos.*”(LÉVI-STRAUSS, 1989. p.291).

apresentam uma conexão real de sucessão ou causalidade quando invocados e ordenados pelo historiador, com objetivos já definidos (pp. 285-286).

Portanto a história nunca é a história mas a história-para. Parcial mesmo quando se proíbe de sê-lo, permanece inevitavelmente parte de um todo, o que ainda é um modo de parcialidade. Desde que seja proposto escrever a história da Revolução Francesa, sabe-se (ou se deveria saber) que isso não poderá ser, simultaneamente e ao mesmo título, a do jacobino e a do aristocrata. Por hipótese, suas respectivas totalizações (cada uma das quais é antissimétrica à outra) são igualmente verdadeiras. É preciso, então, escolher entre dois partidos: seja reter principalmente uma das duas ou uma terceira (pois existe uma infinidade delas) e renunciar a procurar na história uma totalização de conjunto de totalizações parciais; seja reconhecer em todas uma realidade igual: mas somente para descobrir que a Revolução Francesa tal como dela se fala, não existiu. (LÉVI-STRAUSS, 1989. p. 285)

Retoma a proposta do artigo anterior, preservando a importância de uma análise diacrônica, no entanto, agora com as ressalvas de que isto não atribui méritos reais a uma proposta globalizante e tampouco conduzida pela História. Conclui a parte referente à História dizendo: “*A História não está ligada ao homem nem a nenhum objeto particular. Ela consiste, inteiramente, em seu método*” e que “*Portanto, longe de a busca de inteligibilidade levar à História como seu ponto de chegada, é a História que serve de ponto de partida para toda a busca de inteligibilidade. Tal como se diz de algumas carreiras, a História leva a tudo, mas com a condição de distanciar-se dela!*” (p. 291).

A coerência das críticas de Lévi-Strauss ao empreendimento totalizante e ao papel predominante da História no mesmo, é tão questionável quanto a real possibilidade de fazer uma história total, questão que em nenhum momento deixa de ser levantada por Braudel, ciente da complexidade deste projeto. Da mesma forma que podem ser questionados os métodos da História ao julgar-se apta a discriminar e aprender as várias temporalidades.

Ocorre que no estruturalismo a pesquisa orienta-se para a descoberta do invisível, do impessoal, das estruturas. Os homens são substituídos por relações estruturais intemporais, ou quase imóveis. Neste caso costumou-se optar pela análise das manifestações recorrentes dos fenômenos sociais, afinal se o objeto em questão é a permanência, esta pode ser averiguada de forma sincrônica, no presente. Ou então decomposta em uma equação matemática que represente todo seu funcionamento.

Por isto, mesmo que a proposta de história total dos Annales, ainda estivesse longe de se concretizar efetivamente, podemos concluir este capítulo enaltecendo a importância do surgimento de uma história estrutural (ou até: estruturalismo histórico), por parte destes autores, de forma que a dimensão do tempo não fosse excluída da análise estrutural, como aponta o historiador Ernest Breisach:

Os historiadores dos Annales foram essenciais para a preservação da integridade da história durante a voga do estruturalismo. Seus conceitos, especialmente os de Braudel,

formaram um estruturalismo mais flexível, menos marcado por um rígido mecanismo, regras lógicas e fórmulas matemáticas. O estruturalismo, mesmo assim, não conquistou a história dos Annales. Foi decisiva, para isto, a solução dada pelos Annales ao problema perene da história, o da articulação entre mudança e continuidade: afirmaram a variedade de ritmos de mudança contra a solução estruturalista, mais estática, que torna a mudança um fenômeno negligenciável, superficial (Breisach apud REIS, 1997. p 61)

Conclusão

Talvez contaminado pela métrica de Braudel, encerro minha exposição nestes três capítulos. Muitos outros seriam necessários para contemplar esta temática e, ainda assim, só teríamos uma análise parcial da história total e os *Annales*. Aliás, esta parece ser a condição inexorável do fazer historiográfico, independente da temática que se pretende abordar.

Como vimos, os próprios autores que advogam pela história total, reconhecem as dificuldades de se realizar este empreendimento. Em seu sentido último, ela seria apenas como um norte e não um objetivo completo. “Um ponto de referência, mais do que um destino de chegada.”

Entretanto, a história total que vemos nas primeiras gerações, não se trata de uma mera abstração. Diferente das concepções anteriores, ela não se pretende “a história de tudo” e sim “a história do todo”, de um *todo* articulado, de diversos feixes e possibilidades que em algum momento do processo histórico se encadearam, originando uma dada sociedade; fenômenos das mais variadas naturezas e que na realidade expressam ao mesmo tempo: singularidade, ruptura, permanência, etc. Uma totalidade que por mais que pareça abstrata ou inacessível para o historiador, parte de uma realidade concreta aonde os fatos se expressam de alguma forma conectados em um todo orgânico.

Por isto, quando Hobsbawm propõe (no artigo citado na introdução) que a história total deve ser a “*meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja cabalmente realizável*” e quando vemos que os próprios formuladores desta proposta já lhe faziam ressalvas, isto não significa um desestímulo às novas gerações de historiadores e sim o contrário. Afinal, este legado dos *Annales* é algo concreto, seu método e sua proposta de se olhar para além dos fatos de caráter político e a narrativa de eventos extraordinários é uma diretriz que, ou tem estado muito presente em cotidiano de pesquisador, ou deveria estar.

Como aponta Immanuel Wallerstein:

A escola dos Annales se torna advogada da totalidade contra o “pensamento segmentário”, dos fundamentos econômicos e sociais contra a fachada política, da “longa duração” contra o “eventual”, do “homem global” contra o “homem fracionado”. Contra o “pensamento universalizante”, ela concentra seu fogo na variante idiográfica, muito divulgada na França. Ela favorece o estudo da história quantitativa em detrimento da narração cronológica, a fusão da história e das “ciências sociais” contra a crença na unidade histórica e a “história estrutural” contra a “história historicizante”. (WALLERSTEIN, p.20)

A história total dos *Annales* começa em uma síntese elaborada das várias tendências que já conclamavam uma visão de conjunto enquanto sinônimo do saber científico. Passa a

se efetivar a partir da perspectiva interdisciplinar e holística dos fundadores que – além de combater a história tradicional – vão propor as bases de uma *nova história*. Por fim, a proposta se torna uma expressão comum no vocabulário de Braudel, que fará dela uma verdadeira abordagem estrutural. Mesmo que se acuse sua real impossibilidade, como fez com muita propriedade Lévi-Strauss, não podemos de forma alguma compará-la a obstinação daqueles cartógrafos do conto de Borges – citado ao início do primeiro capítulo.

A história total não tornou nossa disciplina estéril, fez o oposto. Foi no horizonte desta busca que (cada vez mais) menos aspectos tem ficado fora de nosso domínio. Incorporamos a nossa análise, fontes e problemáticas até então ignoradas ou renegadas. Confundindo autonomia com autossuficiência, a maior parte dos historiadores antes da década de 30, ficavam entrincheirados em seus gabinetes, sem nem ao menos saber o que se passava nas disciplinas vizinhas, quanto mais incorporando seus métodos.

As razões que impedem esta proposta totalizante de se efetivar, são inúmeras. A maioria dos autores, que vão desde os metódicos até os annalistas, justificam tanto a necessidade de um trabalho conjunto quanto a impossibilidade de uma história total, pela falta de fontes e pelo curto tempo de vida dos pesquisadores! Braudel que adora jogar com esta questão da insignificância da duração dos homens perante as estruturas reforça este mesmo obstáculo. Já eu, acredito que mesmo havendo a disponibilidade de todos os testemunhos e registros de um objeto e uma vida extraordinariamente longa, ainda assim, um só indivíduo não dispõe de todos os pressupostos para uma história total.

Cada olhar tem sua própria abordagem, é o que torna complementar o trabalho de qualquer cientista, que nunca conseguirá esgotar completamente as possibilidades de análise de um mesmo fenômeno. É também o que assegura a continuidade de nosso ofício, já que não há praticamente fato histórico que já não tenha sido estudado. Por isto também a crítica à historiografia, e aos conceitos por ela utilizados, foram o que procurei contemplar na escolha do tema deste trabalho de conclusão – apesar de tachado como “devaneio de um graduando teoricista” por alguns estimados colegas.

Por fim, se a proposta de história total suscitou na historiografia contemporânea, uma série de contribuições, não vejo porque abandonarmos-na nas perspectivas futuras do conhecimento histórico, que é algo que acaba acontecendo pelo grau de especializações que cada vez mais são cobrados de qualquer tipo de profissional. Entretanto no nosso caso, isto é anda mais nocivo, porque se o objetivo do historiador ainda é se aproximar ao máximo possível da realidade que procura retratar e, se esta realidade por sua vez – embora apareça fragmentada e distante no tempo – consiste em uma estrutura articulada, os fundamentos de uma proposta totalizante não são privilégios ou opções teóricas de uma história total e sim constituintes da própria História em si.

BIBLIOGRAFIA

Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. (1997). *Braudel a debate*. México: JGH Editores.

_____. (2003). *Fernand Braudel e as ciências humanas*. Londrina: EDUEL.

_____. (2007). *Antimanual do mau historiador. Ou como se fazer uma boa história crítica*. Londrina: EDUEL.

ALONSO, José A. (1981). *Metodologia*. México: Edicol.

ARNAUD, Pierre. (1971). *Sociologia de Comte*. Barcelona: Península.

ARÓSTEGUI, Julio. (2001). *La investigacion histórica: teoría e método*. Barcelona: Crítica.

AYMARD, Maurice. (1995). Historia total o historia global. In: VÁRIOS. *Segundas Jornadas Braudelianas: historia y ciencias sociales*. Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana. pp. 92-99.

BERR, Henri. (1946). *A síntese em história: ensaio crítico e teórico*. São Paulo: Renascença.

BLOCH, Marc. (2001). *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2009). *A sociedade feudal*. Coimbra: Edições 70.

BOIS, Guy. (1992). Marc Bloch, historien d'un système social. In: ATSMAS, H. & BURGUIÈRE, A. *Marc Bloch aujourd'hui: histoire comparee et sciences sociales*. Paris: EHESS. pp. 165-172.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. (s/d). *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 93-96.

BRAUDEL, Fernand. (1983). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 2 v.

_____. (1989). *A identidade da França*. Rio de Janeiro: Globo, 3 v.

_____. (1992). *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Editora.

_____. (1995). *Civilização material e capitalismo: economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 3 v.

_____. (2009). *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva.

BROHM, Jean Marie. (1979). *O que é a dialética*. Lisboa: Antídoto.

BURKE, Peter. (1997). *A escola dos annales 1929 – 1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp.

CERTEAU, Michel de. (1976). *A operação histórica*. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.). *História – novos problemas*. Rio de Janeiro : F. Alves. pp. 17-41.

COMTE, Auguste. (1892). *Cours de philosophie positive*. Paris: Société Positiviste. v. 1.

DOSSE, François. (2001). *A história a prova do tempo, da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP.

_____. (2003). *A história em migalhas, dos Annales à nova história*. Bauru: Editora EDUSC.

DROYSEN, Johann G. (2009). *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes.

FEBVRE, Lucien.(1989). *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença.

FINK, Carol. (1995). *Marc Bloch – uma vida na história*. Oeiras (Pt): Celta.

FONTANA, Josep. (1998). *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC.

_____. (2004). *A história dos homens*. Bauru: EDUSC.

GOLDMANN, Lucien. (1979). *Dialética e Cultura*. São Paulo: Melhoramentos.

GOOCH, George P. (1977). *Historia e historiadores en siglo XIX*. México: FEC.

KONDER, Leandro. (1981). *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense.

KOSIK, Karel. (2002). *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LANGLOIS, C. V. & SEIGNOBOS, C. (1972). *Introducción a los estudios históricos*. Buenos Aires : Pleyade.

LE GOFF, Jacques. (2005). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2007). *Uma vida pela história*. São Paulo: UNESP.

LÉVI-STRAUSS. (1989). História e dialética. In: *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus. pp. 273-298.

_____. (2008). História e etnologia. In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify. pp.13-40.

LLOYD, Christopher.(1995). *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MANDROU. R. (1988). História total, história dialética. IN: VÁRIOS. *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva. pp. 27-28.

MEDINA, Juan O. (1980). *Teoria y critica de la historiografía científico-idealista alemana. Humboldt–Ranke*. México: UNAM.

REIS, José Carlos. (1994). *Nouvelle histoire e tempo histórico : a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática.

_____. (1995). A história metódica, dita “positivista”. In: *Revista Pós-história*, Assis, nº. 3, pp. 41-55.

_____. (2006). *História e teoria, historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. São Paulo: Editora FGV.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.

TRINDADE, Helgio (org.). (1990). *O positivismo. Teoria e prática*. P. Alegre, Ed. da Universidade UFRGS.

VIANA, Nildo. (2002). Universidade e especialização: o ovo da serpente. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, nº.36, maio. (disponível em «<http://www.espacoacademico.com.br/018/18cviana.htm>»)

WALLERSTEIN, Immanuel. (1989). O homem da conjuntura. In: LACOSTE, Yves. (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus.

Bibliografia de apoio

BLOCH, Marc. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

COUTINHO, Carlos N. Do ângulo do marxismo: comentários ao ensaio “o novo movimento teórico” de Jeffrey C. Alexander. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N° 4(2). Junho de 1987. (também disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_04.htm)

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. pp. 203-231.

LEFEVBRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. Paris, Cahiers Internationaux de Sociologie (XVII), jan./jun. 1955. p. 55-77.

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe : estudos de dialética marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MARX, Karl. *Introducción general a la crítica de la economía política – 1857*. México: Siglo XXI, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PETERSEN, Silvia R. F. *História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. (Simpósio da ANPUH – 2007).

SCHWARCZ, Lilia K. M. Questões de fronteira. Sobre uma antropologia da história. In: *Novos Estudos*, n° 27, julho de 2005. pp. 119-135.

VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1999.

_____. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.). *História – novos problemas*. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976. pp. 146-178.